



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VANESSA LINI

**A ESCRITA DE MANUSCRITOS PARANANENSES E
PORTUGUESES DO SÉCULO XIX E A RELAÇÃO COM O
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Londrina
2013

VANESSA LINI

**A ESCRITA DE MANUSCRITOS PARANANENSES E
PORTUGUESES DO SÉCULO XIX E A RELAÇÃO COM O
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profa. Dra. Joyce Elaine de Almeida Baronas.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L756e Lini, Vanessa.

A escrita de manuscritos paranaenses e portugueses do século XIX e a relação com o português brasileiro / Vanessa Lini. – Londrina, 2013.
119 f. : il.

Orientador: Joyce Elaine de Almeida Baronas.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2013.
Inclui bibliografia.

1. Língua Portuguesa – História – Teses. 2. Manuscritos – Teses. 3. Análise linguística (Linguística) – Teses. I. Baronas, Joyce Elaine de Almeida. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 806.90:801

VANESSA LINI

**A ESCRITA DE MANUSCRITOS PARANANENSES E PORTUGUESES
DO SÉCULO XIX E A RELAÇÃO COM O PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Joyce Elaine de Almeida Baronas
UEL – Londrina - PR

Profa Dra Rosane de Andrade Berlinck
UNESP – Araraquara - SP

Profa Dra Vanderci de Andrade Aguilera
UEL – Londrina - PR

Londrina, 08 de abril de 2013.

Dedico este trabalho a meu esposo e a
minha mãe que sempre me apoiaram
em minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus familiares, em especial minha mãe e meu marido Júnior, que são minha base, minha sustentação para seguir em frente.

Aos meus colegas, de mestrado, do projeto PHPP e do Projeto VALE, pela partilha nas dúvidas, nas angústias, e também nas alegrias durante todo o período deste curso. Amigos que vou guardar para sempre.

Agradeço também aos componentes da banca: Prof. Dr^a. Vanderci de Andrade Aguilera e Prof. Dr^a. Rosane de Andrade Berlinck pela leitura e pelas experientes considerações.

À CAPES, pela concessão da bolsa, me proporcionando a oportunidade de me dedicar exclusivamente ao curso de Mestrado e a este trabalho.

E especialmente à professora Dra. Joyce Elaine de Almeida Baronas, pela paciente orientação, pelos materiais fornecidos, pelos conselhos, pelo incentivo sempre sereno e por toda dedicação durante a elaboração desse trabalho.

Muito obrigada.

LINI, Vanessa. **A escrita de manuscritos paranaenses e portugueses do século XIX e a relação com o português brasileiro**. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado toma, como ponto de partida, a investigação da língua portuguesa do século XIX embasada em registros escritos paranaenses e portugueses a fim de observar fenômenos que se relacionam com características próprias do “português brasileiro”. Este trabalho está dividido em seis partes: (I) Introdução, em que se apresentam os objetivos, as hipóteses do estudo e uma breve revisão bibliográfica, em que se expõem alguns trabalhos desenvolvidos à luz de registros escritos antigos, (II) A língua e suas dimensões, em que se discute o fenômeno da variação e da mudança linguística, (III) História da língua portuguesa, em que se discorre sobre o processo histórico da língua, (IV) O português brasileiro, em que se apresentam dados sobre a história e a formação do português no Brasil, (V) Procedimentos metodológicos, em que se definem os *corpora* e os métodos e critérios de edição e (VI) Análise dos dados, em que se analisam os dados observados na escrita do século XIX.

O objetivo desta dissertação de Mestrado é, pois, analisar e comparar a língua escrita do século XIX em dois contextos, paranaense e português, com o intuito de observar as semelhanças em relação às características de escrita nos aspectos, fonéticos, sintáticos e morfológicos presentes nos dois *corpora* que estabelecem relação com o português praticado no Brasil. Busca-se por meio deste estudo, observar se a língua do Brasil apresenta traços conservadores do português de séculos passados, assim como do português europeu.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Manuscritos. Brasil. Portugal.

LINI, Vanessa. **The writing of manuscripts portuguese and paranaenses nineteenth century and the relationship with the Brazilian portuguese.** 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

This Master's thesis takes as its starting point the investigation of Portuguese-nineteenth century grounded in written records Paraná and Portuguese to observe phenomena that relate to characteristics of the "Brazilian Portuguese". This work is divided into six parts: (I) Introduction, which presents the objectives and hypotheses of the study and literature review, which presents some work done in light of ancient written records, (II) the language and its dimensions, in which we discuss the phenomenon of language variation and change, (III) history of the Portuguese language in which it discusses the historical process of language, (IV) the Brazilian Portuguese, which presents data on the history and training of Portuguese in Brazil, (V) methodology, which defines the Copora and the methods and criteria for editing and (VI) analysis of data, it analyzes the data observed in the writing of the nineteenth century. The goal of this Master's thesis is therefore to analyze and compare the written language of the nineteenth century in two contexts, Paraná and Portuguese, in order to observe the similarities between the characteristics of the writing aspects, phonetic, morphological and syntactic present in two corpora establishing relationship with the Portuguese practiced in Brazil. Looking up through this study, to see whether the language of Brazil shows traces of Portuguese conservatives of past centuries, as European Portuguese.

Keywords: Portuguese language. Manuscripts. Brazil. Portugal.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	A LÍNGUA E SUAS DIMENSÕES	15
2.1	A LÍNGUA NA SUA DIVERSIDADE: VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	15
2.1.1	Variação e Mudança	17
2.1.2	Língua, Dialeto e Falar.....	18
3	SOBRE A HISTÓRIA DA LINGUA PORTUGUESA	22
3.1	A LÍNGUA PORTUGUESA EM PORTUGAL	22
3.2	O PORTUGUÊS NO BRASIL.....	27
3.3	O PORTUGUÊS EUROPEU E O PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	28
4	O PORTUGUÊS BRASILEIRO	33
4.1	AS HIPÓTESES SOBRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO	33
4.2	SOBRE AS ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	34
4.2.1	A influência indígena	35
4.2.2	A influência africana.....	35
4.2.3	A influência do português europeu não padrão	37
4.2.4	A língua do Brasil e o Dialeto Caipira	39
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
5.1	OS <i>CORPORA</i>	41
5.2	A EDIÇÃO DOS MANUSCRITOS.....	42
5.2.1	Os manuscritos paranaenses: uma breve contextualização	46
5.2.2	Os manuscritos portugueses: uma breve contextualização	69
6	ANÁLISE DOS DADOS	106
6.1	ESTUDO COMPARATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESCRITA DO SÉCULO XIX EM MANUSCRITOS PARANAENSES E PORTUGUESES.....	106
6.2	CARACTERÍSTICAS PECULIARES À ESCRITA PARANAENSE DO SÉCULO XIX	110
6.3	OUTRAS OBSERVAÇÕES	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre a história da língua portuguesa no Brasil vêm ganhando destaque nas instituições brasileiras. Nessa perspectiva, resgatar dados do passado em busca de melhor compreensão da língua tem sido fonte de pesquisa de muitos estudiosos do ramo da Linguística. Como há escassez de registros antigos orais, uma das formas de retorno ao passado é a busca por *corpus* escrito.

O termo “manuscrito” de origem latina "*manu scriptus*", que significa “escrito à mão”, constitui um dos tipos de registro escrito de um texto de suma importância para o resgate histórico de várias áreas de estudo, principalmente no que diz respeito à escrita e à história da língua.

Os manuscritos que se acumulam nos acervos dos arquivos brasileiros representam uma fonte inesgotável de informações, permitindo a comunicação através do tempo e do espaço. Tais documentos revelam a escrita de uma época trazendo à tona a natureza do texto, seus argumentos, propósitos, intenções, além das características da escrita, do léxico, assim como dados históricos linguísticos, sociais e culturais. Quanto mais se conhecem e se estudam textos manuscritos, mais revelações vêm a público.

As descobertas que esses documentos propõem despertam cada dia mais o interesse de novos pesquisadores para a realização de trabalhos acerca da história embutida nesses documentos. Um exemplo é o projeto interinstitucional: *Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*, coordenado pelo Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, projeto-mãe que deu origem a vários outros, em diversas instituições do Brasil. A Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera, da Universidade Estadual de Londrina, desenvolve o subprojeto: *Para a História do Português Paranaense: nas veredas do Atlas Lingüístico do Paraná*, cuja proposta é contribuir para a escritura de uma História da Língua Portuguesa falada no Paraná, no que se refere à formação do léxico. Esta pesquisa constitui-se dos seguintes *corpora*: i) Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR - (Aguilera, 1994); ii) *Boletins do Archivo Municipal de Curitiba*, publicados mensalmente sob iniciativa da Prefeitura de Curitiba; iii) Manuscritos do Arquivo do estado de São Paulo e de outros acervos municipais, datados dos séculos XVII, XVIII e XIX; e iv) mapas da rede hidrográfica do Paraná publicados em épocas diferentes.

Em 2005, para dar continuidade aos estudos linguísticos paranaenses, constituiu-se um novo projeto: (PHPPR) - *Para a história do Português paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX* – sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Joyce Elaine de Almeida Baronas. A equipe finalizou a tarefa de fazer a leitura e transcrição dos 737 manuscritos do Arquivo do estado de São Paulo e de outros acervos municipais, datados dos séculos XVII, XVIII e XIX, além da publicação em 2007 de duas obras: *Scripturae nas villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas* e *Scripturae na Villa de Pernagoa: manuscritos setecentistas*.

Atualmente, ainda em andamento, o projeto PHPPR, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Fabiane Cristina Altino desenvolve pesquisas com estudos sobre temas sugeridos pelo PHPB como: história social, mudança gramatical e tradições discursivas. Desta forma, os integrantes do projeto vêm desenvolvendo trabalhos de diferentes abordagens com o intuito de contribuir com os estudos sobre a história do português brasileiro. Entre eles, os mais recentes são:

- a) **Dissertação de mestrado:** Celciane Alves Vasconcelos. *Edição de manuscritos de Paranaguá do século XVIII: um percurso filológico*. (2006)

- b) **Tese de doutorado:** Enio José Toniolo. *Manuscritos da Vila Nova de Castro: um estudo filológico de documentos dos séculos XVIII e XIX*. (2007)

- c) **Dissertação de mestrado:** Cláudio de Assis da Cunha. *Edição semidiplomática de manuscritos de Antonina: traçando caminhos da filologia*. (2008)

- d) **Dissertação de mestrado:** Juliana Fogaça Sanches Simm. *Ensino de língua portuguesa no Paraná: Um olhar diacrônico*. (2009).

e) Tese de doutorado: Elvira Barbosa da Silva. *O vocabulário em documentos escolares de Morretes oitocentistas no Paraná: um percurso filológico.* (2011)

f) Dissertação de mestrado: Silvane Luceli de Andrade Alves. *Perspectivas para o ensino escolar da história do português brasileiro: manuscritos paranaenses do século XVIII.* (2012).

g) Tese de doutorado: Cláudio de Assis da Cunha. *O léxico em documentos produzidos no Paraná – Brasil (século XVIII e XIX): uma abordagem lexicográfica.* (2013).

h) Tese de doutorado: Celciane Alves Vasconcelos. Estudo semântico-lexical do vocabulário setecentista em Paranaguá. (2013).

O interesse em investigar e descrever o português brasileiro leva diversos pesquisadores ao desenvolvimento de estudos relacionados à observação da língua em um percurso histórico. Pesquisadores, engajados em outros projetos ligados ao projeto “PHPB – Para a História do Português Brasileiro” desenvolvem estudos com corpus oriundos de Estados e localidades distintas de todo o Brasil, que, embora com perspectivas e objetivos diferentes, pretendem, de modo geral, contribuir com a história e caracterização do português brasileiro.

No Paraná, dentre os estudos realizados com documentos manuscritos, destacam-se os trabalhos de Vasconcelos (2006), e de Toniolo (2007).

Vasconcelos (2006), em sua dissertação “*Edição de manuscritos de Paranaguá do século XVIII: um percurso filológico*”, fez a edição semidiplomática de documentos manuscritos da cidade de Paranaguá no Paraná. Inicialmente, a autora desenvolveu uma contextualização histórica da cidade de Paranaguá a fim de melhor compreender os manuscritos. Em seguida, Vasconcelos expôs vários comentários paleográficos, como o estado dos documentos e as características da escrita, entre elas o traçado de letras, as abreviaturas, a forma como era usada a numeração e outros aspectos ortográficos da escrita do século XVIII. Por fim, elaborou um glossário contendo vocábulos dos manuscritos em estudo com acepções de três dicionaristas em ordem cronológica: Bluteau (1712), Moraes Silva

(1945) e Cunha (1997). Com esse trabalho, Vasconcelos estabeleceu um estudo do estado da língua da época, e produziu uma associação entre os manuscritos e as informações históricas do Paraná no período em questão, além de contribuir para o resgate histórico da língua paranaense.

Toniolo (2007) também colaborou para a investigação da história da língua portuguesa, especificamente no estado do Paraná, em seu trabalho “*Manuscritos da Vila Nova de Castro: um estudo filológico de documentos dos séculos XVIII e XIX*”, que editou textos oficiais da Vila de Castro, no Paraná, com o intuito de observar as mudanças sofridas pela língua portuguesa no decorrer dos séculos. Toniolo optou por editar os textos seguindo os critérios da edição semidiplomática, que, apesar de conservadora - pois mantém os traços ortográficos - contribui para tornar o texto mais compreensível e acessível a pesquisadores de outras áreas. O referido trabalho ressalta as características da língua no que se refere à ortografia, à fonética e ao léxico, destacando detalhadamente os aspectos da escrita contida nos documentos, como as confusões entre grafemas, as diferentes grafias existentes para o mesmo fonema, as marcas de oralidade, a ausência de acentuação e os casos de topônimos e antropônimos, ocorrências comuns à escrita da época. Além das características da escrita, o autor propôs também um glossário, em que listou algumas lexias retiradas dos manuscritos com o propósito de elucidar seus significados no contexto dos documentos.

Em São Paulo, Moraes de Castilho (2009), em seu artigo “O problema da concordância de número nos inventários produzidos na Vila de São Paulo do Campo: séculos XVI-XVII”, centrou-se no estudo da concordância de número e de gênero presentes na escrita deste período. Com um *corpus* constituído de inventários e testamentos da Vila de São Paulo do Campo de Piratininga, pertencentes aos séculos XVI e XVII e editados pelo Departamento de Arquivo Público de São Paulo entre os anos de 1920 e 1999, a autora observou as ocorrências de concordância e não concordância presentes na escrita dos documentos. Após as observações, a autora destaca a relevância da continuação da pesquisa a fim de verificar as fases históricas dos inventários, os tipos de inventários, os fatores linguísticos estruturais e a frequência dos fatos de concordância ou não concordância de gênero e número para abarcar de forma mais abrangente dados sobre a história social, mudança gramatical e tradição discursiva.

No estado da Paraíba, Hora e Telles (2009) realizaram um estudo de investigação no que se refere à fonética, em especial ao fenômeno da metátese, no português brasileiro dos séculos XVIII e XIX. O artigo “Metátese percentual em manuscritos dos séculos XVIII e XIX” analisa ocorrências do fato linguístico metátese em documentos manuscritos dos estados da Bahia e Paraíba. Com *corpora* constituídos de variedades padrão e não padrão, os pesquisadores se propuseram a discutir o processo da metátese como um fenômeno fonológico variável no PB. Em análise dos dados, os autores concluíram que tal fato não ocorre aleatoriamente ou irregularmente na língua portuguesa do Brasil. Tomando como parâmetro de análise a origem latina das palavras e a ocorrência sistemática de diferentes casos de metátese na sequência histórica da língua em diferentes variedades, os estudiosos observam a regularidade do processo, assim como sua evolução. Os dados também apontam que a metátese foi operante nos dois séculos e nas duas variedades, padrão e não padrão, dado que evidencia, também, que a ocorrência da metátese no passado se dava como regra variável, não condicionada socialmente.

Também no estado da Paraíba, Cavalcante (2011) em sua dissertação de mestrado intitulada “Topicalização: um estudo histórico sobre a ordem dos constituintes em cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX” procurou observar a sintaxe da língua portuguesa nesse período, analisando um *corpus* constituído de 203 cartas oficiais da Paraíba com o intuito de observar a relação de mudança e permanência das construções de tópico nas cartas deste período a fim de verificar como se dava a topicalização, fenômeno considerado característico da Língua Portuguesa falada no Brasil. A autora analisou e descreveu as ocorrências de estruturas topicalizadas presentes no *corpus*, concluindo que já havia estruturas topicalizadas na escrita do Português brasileiro nos séculos XVIII e XIX, embora com menor frequência, em detrimento das estruturas não topicalizadas, fato atribuído pela autora à própria situação de formalidade dos manuscritos.

O presente trabalho, pertencente ao projeto PHPPR, identifica-se com os demais trabalhos citados pelo interesse em estudar o português brasileiro utilizando como fonte de pesquisa *corpus* escrito antigo. Diferencia-se pelo fato de, além de observar características da escrita do português do Brasil do século XIX, busca, também, comparar tais fenômenos com a escrita de Portugal do mesmo período, a fim de estabelecer melhor compreensão sobre o português brasileiro,

pois, sendo a colonização do Brasil de base européia, existe a possibilidade de o português brasileiro apresentar heranças da língua de séculos anteriores.

Assim, o objetivo mais amplo deste estudo é analisar e comparar a língua escrita nos dois contextos, paranaense e português, com o intuito de verificar as semelhanças em relação às características de escrita nos aspectos fonéticos, sintáticos e morfológicos presentes nos dois *corpora*. Busca-se, por meio desta análise, observar se a língua do Brasil apresenta traços conservadores do português do século XIX.

Para tanto, no capítulo introdutório, apresenta-se, uma breve revisão bibliográfica de trabalhos voltados para o estudo da língua em séculos passados desenvolvidos à luz de registros escritos antigos.

A seguir, no capítulo 02, discute-se o fenômeno da variação e da mudança linguística, assim como algumas noções de língua, dialeto e falar, a fim de buscar pressupostos que contribuam para a compreensão das diferenças na língua do Brasil.

No capítulo 03, busca-se respaldo na história da língua portuguesa, quanto aos processos de mudanças e alterações pelas quais a língua percorreu, tanto em sua implantação em Portugal como no Brasil, além dos aspectos que diferem a língua nos dois países.

No capítulo 04, apresentam-se algumas considerações sobre o processo de mudança linguística da língua portuguesa no Brasil, assim como se estabelecem discussões a respeito dos fatores que podem ter influenciado a formação do português em terras brasileiras, como a influência indígena e africana, por exemplo.

Dando continuidade à pesquisa, no capítulo 05, apresentam-se os procedimentos metodológicos em que se descrevem os *corpora* assim como critérios e normas de edição aplicados aos documentos manuscritos para facilitar a compreensão do texto escrito antigo. Nesse capítulo, ainda se apresenta a transcrição de sete documentos manuscritos paranaenses anteriormente editados pela equipe do projeto PHPPR e a transcrição de 07 manuscritos de Portugal, oriundos de Lisboa, efetuada pela autora desta pesquisa.

Vinculado aos capítulos anteriores, no capítulo 06, analisam-se fenômenos linguísticos da escrita parananense e portuguesa do século XIX que se relacionam com fenômenos do chamado “português brasileiro”.

Por fim, procura-se, nas considerações finais, expor os resultados do trabalho, assim como as contribuições relevantes no que se refere à melhor compreensão do português do Brasil.

2 A LÍNGUA E SUAS DIMENSÕES

2.1 A LÍNGUA NA SUA DIVERSIDADE: VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A diversidade cultural, social e econômica da sociedade brasileira evidencia também a heterogeneidade da língua portuguesa no Brasil. A língua se modifica no tempo e no espaço, condicionada a diversos fatores internos e externos de ordem sociocultural, histórica, regional, situacional, entre outras, que contribuem para o surgimento da variação linguística. De acordo com Labov (1962), a variação linguística é natural, é essencial à linguagem humana; assim, o que exigiria explicação seria a ausência da variação na linguagem e não a sua presença.

Sob o mesmo ponto de vista de Labov, Alkmim (2001) reforça:

Qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. Concretamente: o que chamamos de língua portuguesa engloba os diferentes modos de falar utilizado pelo conjunto de seus falantes do Brasil, em Portugal, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor, etc. (ALKMIM, 2001, p. 33)

Logo, a diversidade de uma língua marca também a heterogeneidade dos falantes que a usam. Uma língua não poderia ser um objeto estável, enquanto instrumento de interação entre indivíduos na multiplicidade de contextos, de papéis sociais e das próprias mudanças históricas, naturais de qualquer sociedade. Sobre o assunto, Castilho (2010) ressalta:

As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas. (CASTILHO, 2010, p. 197).

Camacho, (1988) há quase um quarto de século, havia exposto uma classificação para as diferentes formas de variação da língua: variação histórica, variação geográfica, variação social e variação estilística.

No aspecto histórico, resultante das alterações que ocorrem com a passagem do tempo, é possível ressaltar vários exemplos como o termo

mademoiselles, que caiu em desuso e aparece apenas em obras literárias do passado.

No que se refere à variação geográfica, notam-se as diferentes formas de pronúncia, vocabulário e estruturas sintáticas entre as regiões. Um exemplo deste tipo de variação é a diferença na pronúncia da região nordestina caracterizada pela abertura da vogal pretônica, como em “melado”, regularmente fechada em outras regiões, assim como a preferência do nordeste pela posposição verbal da negação, como em “sei não” em oposição ao uso do Sudeste “não sei”.

Em relação à variação social, evidenciam-se as diferenças entre a fala de indivíduos, condicionadas por alguns fatores como grau de educação, idade, sexo, e nível social. Sobre o fator idade, pode-se ressaltar o uso de gírias presentes de maneira recorrente na fala de pessoas mais jovens. Já a variação inerente ao sexo do falante caracteriza-se pelas diferenças na fala de homens e mulheres, como por exemplo, o uso de palavras no diminutivo que se mostra mais produtiva na fala feminina como já comprovado em pesquisas anteriores. No que se refere ao nível social do falante, acentuam-se as diferenças entre classes sociais distintas, caracterizadas por normas de conduta e padrões culturais, fatores que, consequentemente, geram padrões linguísticos distintos.

Castilho (2010, p. 204), considerando também o fator social, engloba as diferenças de linguagem entre falantes escolarizados e não escolarizados. Utilizando a denominação “variação sociocultural” caracteriza as diferenças na linguagem de falantes procedentes de segmentos diferentes da sociedade.

Já a variação estilística, decorrente das diversas situações de comunicação, consiste na adequação de linguagem do falante ao contexto de comunicação, ou seja, o mesmo indivíduo pode modificar sua linguagem dependendo da situação de comunicação em que se encontra.

Camacho (1988) engloba a variação estilística no nível da fala, já Ilari e Basso (2006) abordam a variação associada ao uso de diferentes meios, modalidades ou veículos de comunicação, que denominam “variação diamésica”, a qual engloba as diferenças entre língua falada e língua escrita. Os autores propõem a ideia de que existe uma “gramática do falado” e uma “gramática do escrito” quanto à variação relacionada ao gênero discursivo.

Castilho (2010) apresenta ainda outra classificação também relacionada à língua falada e língua escrita, a variação de canal. De acordo com o autor, “a comunicação linguística pode ocorrer em presença do interlocutor, quando falamos, ou na sua ausência, quando escrevemos. Isso nos leva à variação de canal”. (CASTILHO, 2010, p. 212).

Tais considerações são relevantes para o estudo em questão, pois, as classificações das variantes da língua possibilitam estabelecer melhor compreensão sobre os fenômenos linguísticos que levam a língua portuguesa a apresentar-se de diversificadas formas.

2.1.1 Variação e Mudança

Variação e mudança linguística são processos que configuram a heterogeneidade das línguas. Sendo um de natureza sincrônica e outro de natureza diacrônica, variação e mudança se interrelacionam. Condicionada pelo fenômeno da variação, embora não necessariamente toda variação implique mudança, as línguas se modificam continuamente no tempo alterando-se em aspectos fonéticos, sintáticos, semânticos e morfológicos, configurando o processo de mudança linguística. Faraco (2005, p. 15) ressalta que embora as mudanças linguísticas ocorram continuamente, elas se dão de forma lenta e atingem sempre partes e não o todo de uma língua.

Em razão disso, pode-se perceber o fenômeno da mudança linguística como algo natural e inconsciente, sendo mudança e permanência, fatos concorrentes nesse processo.

Faraco (2005) elenca dois tipos de percepção da mudança linguística, (i) a mudança em tempo aparente e (ii) a mudança em tempo real. A primeira consiste nas diferenças do comportamento linguístico de gerações diferentes de falantes em determinado momento, enquanto a segunda refere-se à evolução linguística num período arbitrário de tempo.

Sobre a mudança em tempo aparente, Chambers e Trudgill, (1980) esclarecem:

A validade do [tempo aparente] depende crucialmente da hipótese de que a fala das pessoas de 40 anos hoje reflete diretamente a fala das pessoas de 20 anos há 20 anos atrás e pode, portanto, ser comparada com a fala das pessoas de 20 anos de hoje, para uma pesquisa da difusão da mudança linguística. As discrepâncias entre a fala das pessoas de 40 e 20 anos são atribuídas ao progresso da inovação linguística nos vinte anos que separam os dois grupos. (CHAMBERS e TRUDGILL, 1980, p. 165)

Portanto, mudanças linguísticas no decorrer do tempo são inevitáveis, já que a língua se caracteriza por seu caráter não estático além de se construir social, cultural e historicamente em seu contexto de uso. O português do Brasil apresenta processos de mudanças visíveis como a alternância entre “tu” e “você”, “nós” e “a gente”, entre outras. Realizações que concorrem entre si, não tendo como estabelecer com exatidão se uma delas vai desaparecer ou se transformar.

Desta forma, o fenômeno de mudança linguística pode ser um fator condicionador do distanciamento entre o português do Brasil e o português europeu, visto que mudanças desencadeadas na fala em território brasileiro podem não atingir o território português, e vice-versa.

Diferenças na língua, condicionadas pela variação e pelo processo de mudança linguística, levam a indagações sobre a relevância de certas distinções para a origem de uma nova língua. Diante disso, considera-se pertinente discorrer sobre noções de língua, dialeto e falar, assunto do próximo tópico.

2.1.2 Língua, dialeto e falar

O indivíduo se constitui na e pela linguagem a qual é manifestada, em grande parte, pela substância linguística: a língua.

De acordo com Boléo (1943, p. 10), língua é um meio habitual de comunicação, uma maneira organizada pela palavra viva para expressão de pensamentos, preocupações e sentimentos. Benveniste (1963) completa afirmando: “é pelo exercício da linguagem, pela utilização da língua, que o homem constrói sua relação com a natureza e com os outros homens” (BENVENISTE, 1963, p. 27). Nessa perspectiva, a língua caracteriza-se como fonte de comunicação e instrumento de relações sociais.

Como o conceito de língua varia de acordo com a perspectiva teórica, este estudo limita-se à concepção de língua como objeto de estudo da Linguística, a língua como um fato social.

Meillet já concebia, em 1906, a língua como um fato social: “Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social” (MEILLET *apud* CALVET, 2002, p.16).

Tal noção de língua é concebida também por Silva Neto (1963):

Mas a verdade é que a língua, longe de ser um organismo, é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é assim, independente da vontade do homem, porque o homem não é uma folha seca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega. (SILVA NETO, 1963, p. 17)

Da mesma forma, Labov (1968, p. 241) discorre que as análises do contexto social em que a língua é utilizada vieram demonstrar que muitos elementos da estrutura linguística estão implicados na variação sistemática a qual reflete tanto a mudança no tempo quanto os processos sociais extralinguísticos.

Nessa linha de pensamento, o fato de a língua portuguesa ser praticada em contextos sociais distintos - Brasil e Portugal - pode ser uma justificativa para as alterações linguísticas que ocorrem com a língua, visto que a própria organização das sociedades falantes do português são diferentes.

De acordo com Boléo (1943), não existe uma língua portuguesa, francesa ou inglesa, o que há são dialetos, falares e linguagens diversas dentro da mesma comunidade linguística. Segundo o autor, é a partir do dialeto ou falar de tal ou tal região, da linguagem do povo, das classes ilustradas e da conservação que se chega à noção geral de língua.

Ressalta-se que dialeto e falar são denominações usadas para nomear fatos heterogêneos de uma língua. Porém, é complexo estabelecer distinção e delimitação entre uma língua, um dialeto e um falar.

Em relação a dialeto, verifica-se a complexidade que envolve o termo, a começar pelas divergências em relação ao seu conceito. É possível encontrar definições que caracterizam dialeto como algo inferior, linguagem de menor prestígio, fala dos incultos, como uma língua menor incluída em outra maior,

conceitos que tratam o dialeto como qualquer variação da língua, ou ainda como os aspectos regionais e traços linguísticos de determinada comunidade.

Cunha e Cintra (1985, p. 04) definem dialeto como “um sistema de sinais desgarrados de uma língua comum, viva ou desaparecida; normalmente, com uma concreta delimitação geográfica, mas sem uma forte diferenciação diante dos outros da mesma origem”.

Rocha Lima, (1985, p. 05) alega que um dialeto se forma por vários aspectos que influem naturalmente na língua, aspectos que são determinados não só pela situação cultural, ou psicológica, dos que se servem dela, mas também pela ação de fatores geográficos ou sociais.

Para Nicola (1993, p. 21), é a variação linguística de ordem geográfica que constitui o dialeto. Segundo o autor, “isso acontece porque, em algumas regiões de um país, certas expressões ou mesmo construções são preferidas a outras e quando tais diferenças se aprofundam deixa-se de falar em regionalismo e fala-se em dialetos”.

Já Houaiss (2001) define dialeto como “um conjunto de marcas linguísticas de natureza semântico-lexical, morfossintática e fonético-morfológica, restrito a dada comunidade de fala inserida numa comunidade maior de usuários da mesma língua, que não chegam a impedir a intercomunicação da comunidade maior com a menor, que pode ser geográfico ou social”.

Embora dialeto, muitas vezes, se confunda com falar, Boléo (1943) procura distinguir tais termos. De acordo com o pesquisador, o falar se caracteriza pelas diferenças locais na fala de um indivíduo, ou seja, o indivíduo fala diferente da linguagem de determinada comunidade, mas isso não implica a falta de compreensão e comunicação entre os falantes. Corroborando com as idéias de Boléo, Nascentes (1953) conceitua o falar como um conjunto de meios de expressão empregados por um grupo no interior de um domínio linguístico.

Desse modo, Boléo (1943) explica que um dialeto configura-se como uma variedade da língua em que a compreensão é limitada, enquanto o falar se define por diferenças mais específicas que não prejudicam a comunicação.

Diante do exposto, cabe destacar que, para Boléo (1943), o português do Brasil caracteriza-se como um falar e não como um dialeto, já que,

embora haja diferenças, falantes brasileiros e portugueses conseguem estabelecer comunicação sem grandes dificuldades de compreensão.

O referido autor esclarece, ainda, que há possibilidade de um dialeto deixar de ser apenas uma variedade para tornar-se língua. De acordo com o pesquisador, um dos critérios estabelecidos para que isso aconteça é o político.

Monteiro (2000), embora concorde com Boléo em relação ao critério político, exemplifica tal fato com a língua do Brasil, ou seja, trata o português brasileiro como um dialeto:

O que faz que uma variedade passe a ser considerada como língua é uma decisão puramente política. Se, por exemplo, a constituição brasileira tivesse tomado a decisão de mudar o nome oficial da língua falada no Brasil, hoje com certeza diríamos que aqui não se fala mais o português, mas o brasileiro ou outra designação qualquer que pudesse ter. (MONTEIRO, 2000, p. 47)

Percebe-se, portanto, a complexidade do assunto e as diferentes posturas no que se refere ao português falado no Brasil.

3 SOBRE A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

3.1 A LÍNGUA PORTUGUESA EM PORTUGAL

Em meados do século XIV, após a independência de Portugal, o galego português, que era veículo de expressão da época, devido a mudanças sociais, econômicas e culturais no país, começou a ceder lugar à língua portuguesa que, denominada língua comum, foi se formando e expandindo-se como língua de livre trânsito entre as camadas sociais de Portugal.

No percurso de acomodação da língua portuguesa em Portugal, houve problemas com a falta de padronização da língua escrita, já que, na época, ainda não havia regras nem uma ortografia propriamente estabelecida.

Devido ao fato de a ortografia não ser uniforme, com o passar do tempo, surgiu a necessidade de se fixar uma forma de escrever as palavras de modo a facilitar a comunicação e a compreensão da língua escrita.

Durante este processo de uniformização, a ortografia portuguesa passou por inúmeras reformas e modificações. Conforme as alterações ocorridas, Coutinho (1967) estabelece uma classificação para os períodos que compõem a história da ortografia portuguesa: o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado.

O primeiro período da língua portuguesa foi o denominado período fonético da ortografia, porquanto a escrita procurava espelhar a pronúncia, ocorrendo grande flutuação ortográfica. Esta fase começa com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até o século XVI. As publicações dessa época seguiam o modo de escrever do autor, o qual grafava as palavras como julgava; nesta fase, os escritores visavam a simplificar a leitura, tornando-a próxima da língua falada, procuravam usar as letras latinas para transcrever a pronúncia do Português da época. Não havia um padrão uniforme na transcrição das palavras, pois era possível encontrar o mesmo vocábulo grafado de várias maneiras pelo mesmo escriba e no mesmo documento, como por exemplo: *tamben*, *tambem*, *tanben*. Pode-se dizer que se escrevia não para a vista, mas sim para o ouvido, já que, na época, era uma minoria que dominava a leitura.

De acordo com Williams (1973), nesse período era comum:

- Uso de *qu* por *c*; *cinquo* por *cinco*; *nunqua* por *nunca*.

- Confusão de *g* e *gu*: *alguo* por *algo*; *amigua* por *amiga*; *algem* por *alguém* ; *gerra* por *guerra*.
- Confusão de *g, gi* a *j*: *agia* por *haja*; *mangar* por *manjar*; *sega* por *seja*.
- Confusão de *i, y, j*: *aya* por *haja*, *iulgar* por *julgar*; *oye* por *hoje*; *ljuro* por *livro*; *mujto* por *muito*; *ydade* por *idade*.
- Confusão de *u* e *v*: *auer* por *haver*; *vsar* por *usar*; *ovuir* por *ouvir*.
- Uso de *x* por *is*: *rex* por *reis*; *ex* por *eis*.
- Confusão de *m, n* e *til*: *ãno* e *año* por *ano*; *cimco* por *cinco*; *grãde* por *grande*; *hõe* por *home* ou *homem*; *põho* por *ponho*; *poner* por *põer* (arcaico); *saom* por *são*; *senpre* por *sempre*.
- Uso do *h* para marcar o hiato entre duas vogais diferentes ou entre vogais de qualidade diferente: *poher* por *poer*; *tehudo* por *teúdo*.
- Uso do *h* antes de vogais iniciais, provavelmente no início da época, para indicar o hiato com a vogal final de palavra precedente; mais tarde, veio a ser o *h* considerado parte da grafia regular da palavra: *ha* por *a* (artigo), *hi* por *i* ou *y* (arcaico); *hidade* por *idade*; *hir* por *ir*; *hordenar* por *ordenar*; *honde* por *onde*; *hu* por *u* (arcaico); *hum* por *um*, *husar* por *usar*.
- Uso de vogais duplas.
- Uso de consoantes duplas.

Concordando com Williams, Paiva (1994) afirma que o *r* duplo também podia ser grafado no início ou no interior da palavra: *rrey*, *rredondo*, *rrecado*, *rrepartimento* (ato de repartir, divisão), *homrrosa* (honrosa), *terrey* (terei).

Sob a mesma perspectiva de Williams, a autora aponta que as grafias *u* e *v* também se equivalem: *brauo*, (bravo), *palaura* (palavra), *enueja* (inveja), *viuer* (viver), *vsar* (usar), *vmano* (humano), *vua* (uva).

Paiva, sobre ocorrências desse período, no que se refere às vogais, registra que, desde a época do galego-português, havia grande variedade de hiatos, resultantes da queda de consoantes intervocálicas nas palavras latinas: *maa* (má), *paaço* (paço), *caaveira* (caveira), *seer* (ser).

Em certos hiatos em que uma das vogais era nasal, desenvolveu-se um novo fonema entre elas: *vĩ-o* passou a *vinho*; *galfi-a* a *galinha*, *vizĩ-o* a *vizinho*.

As vogais orais simples alternaram-se constantemente na passagem do latim para o português. Assim, encontra-se *a* em lugar de *e* ou *e* por *a*: *piadade* (piedade), *piadoso* (piedoso), *brarfamar* (blasfemar) *salvagem* (selvagem).

Em diversas palavras, observa-se o fenômeno da ditongação de vogais simples: *seysto* (sexto), *eyxercitar* (exercitar), *eycelente* (excelente).

Tratando-se de consoantes, há um fenômeno fonético e fonológico que influi diretamente na ortografia das palavras. Entre as consoantes sibilantes, havia distinção na pronúncia de *s* intervocálico e *z*, *ss* e *ç*, *ch* e *x*. Assim, entre *coser* e *cozer* havia diferença de pronúncia, visto que *z* soaria /dz/; também entre *passo* e *paço* havia diferença, pois o *ç* soaria /ts/.

Entretanto, por volta de 1550, começa a haver confusão em relação à grafia dos fonemas, grafando-se *ç* por *ss* ou *ss* por *ç*; *s* por *z* e vice-versa. Uma das dificuldades que se encontram ainda hoje na grafia de sons semelhantes como *ç* e *ss* e *s* intervocálico e *z*.

O *s* impuro ou mudo era muito comum, na primeira metade do século XV: *screver*, *spirito*, *scusar*, *spargir*.

Além de todos esses fenômenos, há outros de acréscimo ou perda de fonemas, ou então de deslocamentos de fonemas no interior do vocábulo.

Como se pode observar, a ortografia nesta fase era arbitrária, havendo palavras com até mais de cinco formas. Apenas no século XV e nas primeiras décadas do século XVI, houve maior regulamentação da Língua Portuguesa, conforme normas determinadas pelo uso e pelas primeiras gramáticas da língua – a de Fernão de Oliveira, em 1536, e a de João de Barros, em 1540, que procederam à sistematização de algumas normas, as quais, por sua vez, manejadas e enriquecidas pelo trabalho artístico dos escritores renascentistas, eliminaram parte das variantes.

Com o surgimento das primeiras gramáticas, apareceram também, nos séculos XVI e XVII, os primeiros dicionários, como o de Jerônimo Cardoso, *Dictionarium ex Lusitanico in latinum Sermonem* em 1562; o de Agostinho Barbosa, *Dictionarium lusitanico-Latinum* de 1611; e o *Thesouro da Língua Portuguesa*, do jesuíta Bento Pereira, publicado em Lisboa no ano de 1647 (VERDELHO, 1994, p.4-6), formando assim um movimento em favor da sistematização e do aprimoramento da língua portuguesa. Todo esse movimento, porém, não conseguiu uniformizar a

língua de imediato, pois alguns escritores portugueses do século XVI e XVII mantiveram, em suas obras, formas arcaicas e populares da língua portuguesa, permanecendo a grande flutuação na língua, principalmente na ortografia.

De acordo com Verdelho (1995, p. 20), a efetiva interferência de tais obras gramaticais no percurso literário e mesmo cotidiano da língua vulgar deverá ter sido de bem modestas proporções, já que as primeiras gramáticas do vernáculo não tiveram qualquer trânsito escolar até os finais do século XVIII, permanecendo, até então, o ensino da língua portuguesa como epifenómeno do latim, modelado pelas gramáticas latinas.

Sobre o período fonético, cabe ressaltar que, embora Coutinho (1967) estabeleça tal nomeação para este período da ortografia portuguesa, existem algumas discussões a respeito.

Massini-Cagliari (1998) aponta em seu artigo: “*Escrita do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa: fonética ou ortográfica?*”, a questão da classificação da escrita dessa época como fonética. A partir da análise da escrita do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, a pesquisadora apresenta argumentos favoráveis para classificar essa escrita como ortográfica. De acordo com a autora, o fato de a escrita ser feita a partir de um alfabeto com certa flutuação ortográfica não significa que seja fonética - uma transcrição fiel da fala - mas sim uma escrita ortográfica livre de normatização e unificação. Portanto, a autora classificaria essa escrita como ortográfica e não como fonética, apesar de considerar válida a classificação de Coutinho “fonética” quando usada para diferenciar do período seguinte, o “pseudo-etimológico”.

O período pseudo-etimológico inicia-se no século XVI e vai até o ano de 1904, quando Gonçalves Viana publica a obra “*Ortografia Nacional*”. “O critério adotado pelos que seguem a grafia etimológica é respeitar, tanto quanto possível, as letras originais da palavra, embora nenhum valor fonético representem” (COUTINHO, 1967, p. 75). A pronúncia já não interessava tanto quanto recuperar a estrutura morfológica greco-latina na escrita portuguesa. Nesse período, as palavras apresentam mais letras e várias ortografias, dado que a etimologia, nessa época, era uma ciência que dependia, em grande parte, da fantasia de cada escritor. São dessa época os muitos CH, PH, TH, Y, K, W, em palavras de origem grega, ou de suposta origem grega: *eschola*, *phrase*, *rhetorico*, *theatro*, *estyllo*, etc.

A busca da ortografia etimológica foi muito criticada, pois, além da etimologia greco-latina da palavra, surgiram pseudo-etimologistas que procuravam a origem da palavra no francês, tornando a escrita difícil por se distanciar da fala.

De acordo com Coutinho (1967), são inúmeros os disparates gráficos decorrentes do uso da ortografia etimológica, a quem não escaparam os melhores escritores. Basta citar “*sepulchro, chrystal, thesoura, theor, lyrio, cysne, systhema, cathegoria, cathecismo, author, authonomia, contricção, tradicção, Hyppolitho, Collyseu, Thiago, Themudo, Ignez, fleugma, licção, enygma, ellypse, dacta, satyra, posthumo, innundar, querella, etc*”. (Coutinho: 1967, p. 76)

Já o período simplificado inicia-se em 1904 e vai até os dias de hoje. Nesse período, foi proposta a reforma da ortografia, em razão de os escritores da época estarem escrevendo cada um com uma grafia própria e diferente. O objetivo desse período era a simplificação da ortografia, orientando-se pela pronúncia, sem desconsiderar a etimologia e o elemento histórico da palavra.

O marco desse período foi 1907, quando o governo Brasileiro tentou uniformizar a ortografia brasileira com a obra “*Ortografia Nacional – simplificação e uniformização das ortografias portuguesas*” de A. R. Gonçalves Viana, decretando oficialmente como deveriam ser escritas as palavras; o que houve, porém, foi muita divergência e discussão, o que gerou outras modificações na ortografia as quais ficaram marcadas nos anos de 1912, 1915, 1919, 1929, 1931, 1938, 1943, 1945, 1955 e 1971. A obra de Gonçalves Viana (1907) estabelecia os seguintes princípios:

- 1- Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega, *th, ph, ch, rh* e *y*.
- 2- Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, de valores peculiares.
- 3- Eliminação de consoantes nulas, quando não influíssem na pronúncia da vogal que as precedesse.
- 4- Regularização da acentuação gráfica.

Pode-se verificar que, com a evolução do tempo e conforme cada período, a língua portuguesa escrita transformou-se. Cabe ressaltar que, durante esse processo de mudança e busca pela padronização da língua escrita, houve a expansão do português em terras brasileiras. Dessa forma, as diferenças entre o português europeu e o português brasileiro podem ter explicação também pela

dificuldade de absorção de todas as modificações sofridas na língua do colonizador pelos usuários brasileiros.

3.2 O PORTUGUÊS NO BRASIL

Pode-se observar que a língua portuguesa se constituiu gradativamente e seu processo de implantação como língua oficial em Portugal passou por diversas mudanças e alterações no decorrer do tempo.

No Brasil não foi diferente. A língua foi introduzida no país após a colonização dos portugueses em 1500, e foi se desenvolvendo e conquistando seu espaço, aos poucos, ao lado de outras línguas, como a língua tupi, idioma predominante na época.

Silva Neto (1963, p.73-74) divide o período de implantação do português no Brasil em três fases: (i) de 1532 a 1654, fase do bilinguismo, em que predominava a língua geral, idioma que remete ao tupinambá e ao tupi antigo; (ii) de 1654 a 1808, período em que a língua geral perde espaço para o português que se dissemina por toda a costa, ficando a língua geral limitada apenas às povoações do interior e aos aldeamentos dos jesuítas; (iii) a partir de 1808, período de intensa “relusitanização” devido à chegada de cerca de 18 milhões de portugueses que difundem a língua portuguesa com maior intensidade.

Esta última, marcada pela chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, trouxe também grande mudança social para o país, ainda colônia, na época. Com o aumento da população portuguesa no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros, houve a migração de elites rurais e famílias do campo para as cidades, acarretando uma divisão social entre o rural e o urbano. No meio rural concentrava-se a plebe, os descendentes de índios, negros e mestiços da colônia, enquanto no meio urbano, viviam os brancos e alguns mestiços que ascenderam socialmente.

Tal dualidade na classe social também interferiu na linguagem, já que, em ambiente rural, ainda se propagava a língua geral. Pode-se considerar que, com o passar dos séculos e com a disseminação de diversificados povos e línguas em terras brasileiras, o português recebeu influências de outras línguas, que podem ter deixado marcas tanto no léxico como na fonética e, possivelmente, na sintaxe.

Devido a tais transformações na língua do Brasil, houve um distanciamento entre a língua portuguesa do Brasil e o português europeu, assunto da próxima seção.

3.3 O PORTUGUÊS EUROPEU E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

A língua do Brasil é fato de corrente discussão no que se refere à independência linguística e às diferenças que apresenta do português de Portugal. Essas diferenças tornaram o português o único idioma ocidental a adotar duas grafias correntes: o Português de Portugal e o Português do Brasil. É possível encontrar livros, dicionários e outras publicações, editados em versões distintas para o Brasil e para Portugal.

Silva Neto (1963, p. 19) ressalta que as diferenças entre o português europeu e o brasileiro são indiscutíveis e naturais, pois a língua corrente varia de acordo não só com os lugares, como também com as pessoas, as épocas, e até com as circunstâncias em que ocorre.

Embora concorde com a distinção entre o português do Brasil e o português de Portugal, o referido autor justifica:

É inegável, porém, que constituímos uma estrutura lingüística comum e que, em conseqüências, fazemos parte do mesmo domínio linguístico, alias ainda mais vasto, pois engloba territórios de África e Ásia. As palavras fundamentais – nomes de parte do corpo, de parentesco, os numerais, os verbos que indicam as ações essenciais à vida, as partículas – são todas de boa cepa lusitana. As flexões são idênticas: morfemas de número (o-s); e gênero (o-a); de grau (-simo); as desinências pessoais e temporais dos verbos não diferem cá de lá. A estrutura da frase é fundamentalmente a mesma. (SILVA NETO, 1963, p. 20)

Mattoso Câmara (1972), em seu trabalho “Erros escolares como tendências lingüísticas no Português do Rio de Janeiro”, confirmou a ausência do [a] átono que, em Portugal, caracteriza a partícula resultante da crase da preposição *a* com o artigo homônimo, de sorte que só se tem contraste a rigor entre [‘a] tônico, do verbo *haver* (isto é, *há*) e uma partícula átona proclítica, quer artigo, preposição ou contração da preposição com o artigo.

Carvalho (1981) também aponta algumas diferenças na fonética, na sintaxe e na semântica entre o português de Portugal e o português do Brasil.

Segundo o autor, em relação à fonética, desconhecemos o *â*, quase é dos portugueses como em *Mária*.

Também, em algumas regiões de Portugal, dão valor de *u* e *i* ao *o* e *e* átonos no início ou no meio das palavras: como em *urelha*, *culegio*; o uso do ditongo *ei* em Portugal equivale a *âi*: *bâijo*, *câijo*, *pâixe*, e em algumas partes de Portugal troca-se o *b* pelo *v* e vice-versa: *bou* (*vou*); *bento* (*vento*); *vurro* (*burro*).

No falar lusitano, há um *e* ou *i* paragógicos nas terminações *l* e *r*: *male* (*mal*); *quere* (*quer*); *soli* (*sol*); *Manueli* (*Manuel*), que também não ocorrem no português do Brasil, salvo algumas exceções no falar rural. Carvalho (1981) ressalta que o Português do Brasil é lento, suave, com os sons vocálicos bem audíveis, enquanto que o de Portugal é áspero, e quase não se ouve a dicção das vogais: *f'char* (*fechar*), *P'reira* (*Pereira*), *vir's* (*vires*).

Já na sintaxe, existe a preferência, no Brasil, pela preposição *em* em lugar de *a*, usada em Portugal. No Brasil se diz *estar na janela*, *chegar em casa*, enquanto em Portugal usa-se *estar à janela*, *chegar à casa*. O brasileiro também prefere o uso do gerúndio ao infinitivo com *a*, assim no Brasil usa-se *está chovendo*, enquanto em Portugal, *estar a chover*. No falar descuidado, o brasileiro usa o pronome oblíquo *mim* como sujeito do infinitivo *para mim ver*, *traga o jornal para mim ler*, fato que não é comum em Portugal.

O pronome oblíquo também difere no português de Portugal e no português do Brasil. No Brasil, inicia-se frase com o pronome oblíquo, como: *me dá um café*, já em Portugal usa-se *dá-me um café*.

Na semântica, existem palavras diferentes para nomear a mesma coisa; alguns termos usados pelos Portugueses são até desconhecidos pelos brasileiros. Ex: *talho* (*açougue*), *rebuçada* (*bala*), *elétrico* (*bonde*), *tabaco* (*fumo*), *rapariga* (*moça*), *moque* (*necrotério*), *neve* (*sorvete*), *combóio* (*trem*).

Castilho (2010, p. 192) apresenta um quadro em que também elenca algumas das principais diferenças entre o português europeu e o português brasileiro:

Quadro 3.8 – Diferenças entre o português brasileiro e o português europeu (CASTILHO, 2010, p. 192)

PORTUGUÊS BRASILEIRO	PORTUGUÊS EUROPEU
FONÉTICA E FONOLOGIA	
Há 07 vogais tônicas: /a/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/. Não se distingue a vogal temática {-a-} no presente e no pretérito: falamos . A vogal [e] se mantém como anterior média fechada antes de palatal: <i>espelho, fecho</i> .	Há 08 vogais tônicas: /a/, /ɛ/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/, distinguindo-se um /a/ central baixo no presente, falamos, de um __ mais alçado no pretérito , [fa' _mus]. A vogal [e] antes de palatal é dita [_]: <i>espelho....</i>
Há 05 vogais átonas pretônicas, e todas soam claramente: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/. Todas elas são pronunciadas, e assim não se confunde <i>de frente</i> com <i>diferente</i> . Nessa distribuição, não há distinção entre [e] fechado e [ɛ] aberto, e por isso pronunciavam-se da mesma forma <i>pregar um prego e pregar na igreja</i> .	Há 8 vogais átonas pretônicas, em que [e] fechado move-se para [ë], como em <i>péqueno</i> , mas a tendência é omiti-las, como em telefone [tulfôn], pedido [p'didu] etc. Pedir num hotel <i>um apartamento de frente</i> será entendido como “ <i>um apartamento diferente</i> ”. Nessa distribuição, distingue-se [e] de [ɛ], e por isso pronuncia-se diferentemente <i>prêgar um prego e prègar na igreja</i> .
Há três vogais átonas finais: /a/, /i/, /u/, os dois últimos escritos com e, o: <i>pata, pede, peço</i> .	Há três vogais átonas finais: /ɛ/, /e/, /u/.
O ditongo oral ey pode manter-se ou monotongar-se (<i>terreiro/terrêru</i>) e o ditongo nasal êy mantem-se como em bem, dito [bêy].	Esses ditongos soam como [ɛy] e [ãy]: <i>terreiro [t' rreyru]</i> , <i>bem [bãy]</i> .
Ditonga-se a vogal final seguida de sibilante: <i>luz [ˈluys]</i> , <i>atrás [aˈtrays]</i> .	Não há essa ditongação.
Sílabas terminadas por oclusiva recebem uma vogal, transformando-se em sílabas abertas: <i>adevogado, abisoluto, pissicologia</i> .	Essas sílabas soam fechadas: <i>advogado, absoluto, psicologia</i> .
Pronuncia-se da mesma forma a consoante [-l] e a semivogal [-w] em posição final: o advérbio <i>mal</i> e o adjetivo <i>mau</i> são pronunciados da mesma maneira.	O [-l] é lateralizado, como no PB do Rio Grande do Sul, não se confundindo com a semivogal [-w].
O [r] pode ser vibrante simples (<i>caro</i>), vibrante múltipla (<i>carro</i>), vibrante múltipla posterior [káRu] ou velar surda [káxu].	Predomina a vibrante múltipla anterior, como no espanhol.
MORFOLOGIA	
Simplifica-se a morfologia nominal, com a perda de {s} indicador de plural na variedade popular, menos no Especificador, tanto quanto na morfologia verbal, em que a pessoa <i>tu</i> foi substituída por <i>você</i> .	A morfologia nominal e verbal não apresentam essas simplificações, exceto em alguns falares regionais.
O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta quatro formas: <i>eu/você/ele/nós</i> , que alterna com a gente/eles. A morfologia verbal acompanha essa simplificação, reduzindo-se a 4 formas: <i>falo, fala, falamos, falam</i> . Em consequência, mudarão as regras de concordância do verbo com o sujeito.	O quadro dos pronomes pessoais tônicos apresenta seis formas: <i>eu/tu/ele/nós/vós/ eles</i> . A morfologia verbal dispõe de 6 formas diferentes: <i>falo, falas, fala, falamos, falais, falam</i> .

<p>O quadro dos pronomes pessoais átonos apresenta as formas: <i>me, te, nos</i>, tendendo a desaparecer (i) o acusativo <i>o</i>: <i>Ainda não vi ∅ hoje</i>, (ii) o acusativo <i>te</i>, substituído por <i>para você</i>: <i>Preciso falar uma coisa para você</i>, (iii) o reflexivo <i>se</i>, que se generaliza como reflexivo universal, no PB popular: <i>Nos nossos dias não ∅ usa mais saia, Eu não se alembro</i>.</p>	<p>O quadro dos pronomes pessoais átonos apresenta seis formas: <i>me, te, se/si, nos, vos</i>. O reflexivo <i>si</i> pode se referir ao interlocutor: <i>isto é para si</i>.</p>
SINTAXE	
<p>No tratamento, usa-se <i>você</i> quando há intimidade, e o senhor nas situações formais. Essa forma continua a alterar-se, surgindo <i>ocê e cê</i>. Nas regiões em que se mantém <i>tu</i> no tratamento informal, o pronome <i>você</i> marca certo distanciamento.</p>	<p>Até o século XVI, usava-se <i>tu</i> para o tratamento informal e <i>vós</i> para o tratamento formal. <i>Vós</i> era substituído por <i>Vossa Mercê</i> para dirigir-se ao rei, depois aos nobres (e aí o rei passou a ser tratado por <i>Vossa Magestade, Vossa Alteza</i>). <i>Vossa Mercê</i> foi em seguida aplicado ao tratamento cerimonioso da burguesia, vindo finalmente a concorrer com <i>tu</i>, mudando para <i>você</i>.</p>
<p>O pronome <i>ele</i> pode funcionar (i) como objeto direto: <i>Maria viu ela</i>, (ii) redobrar uma construção de tópico: <i>A Maria, ela ainda não chegou</i>, (iii) aparecer na oração relativa copiadora: <i>O menino que ele chegou</i>.</p>	<p><i>Ele</i> só funciona como sujeito, o objeto direto pronominal é expresso por <i>o</i>, não existem construções de tópico nem relativas copidoras.</p>
<p>Os pronomes átonos, por serem na verdade semiátonos, podem iniciar sentença, preferindo-se a próclise: <i>Me passa o bife. Mim</i> pode aparecer como sujeito de infinitiva preposicionada, em <i>Isto é para mim fazer</i>.</p>	<p>Os pronomes átonos não podem iniciar sentença, preferindo-se a ênclise: <i>Passa-me o bife</i>. O sujeito da infinitiva preposicionada vem no caso reto: <i>Isto é para eu fazer</i>.</p>
<p>Usa-se <i>ter</i> em lugar de <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não tem comida</i>.</p>	<p>Usa-se apenas <i>haver</i> nas construções existenciais: <i>Hoje não há comida</i>.</p>
<p>Verbos de movimento são construídos com a preposição <i>em</i>: <i>Vou na feira</i>.</p>	<p>Verbos de movimento são construídos com a preposição <i>a</i>: <i>Vou à feira</i>.</p>
<p>Ocorre a negação dupla: <i>não sei, não</i>.</p>	<p>Prefere-se a negação simples: <i>não sei</i>.</p>
<p>Amplia-se o uso das perífrases <i>estar+gerúndio</i> e <i>ir + infinitivo</i>, substituindo neste caso a forma do futuro do presente: <i>estou falando, vou falar</i>.</p>	<p>Prefere-se a perífrase <i>estar + a + infinitivo</i>, mas recente que a anterior: <i>estou a falar</i>. A forma simples do futuro é vivaz.</p>
<p>Preenche-se o lugar de sujeito e elide-se o objeto direto: <i>Ele já viu ∅</i>. O sujeito elíptico é interpretado como um participante indeterminado: <i>usa saia</i> quer dizer "alguém usa saia".</p>	<p>Elide-se o sujeito e preenche-se o lugar do objeto direto com o clítico <i>o</i>: <i>∅ já o viu</i>. O sujeito elíptico é interpretado como um participante determinado: <i>usa saia</i> quer dizer "determinada pessoa usa saia".</p>
<p>O sujeito vem anteposto ao verbo, e o objeto direto, posposto: <i>Maria comeu o chocolate</i>. O objeto direto pode ser deslocado para a esquerda, sem retomada por um clítico: <i>O chocolate, Maria comeu</i>.</p>	<p>O sujeito pode vir posposto ao verbo e o objeto direto pode ser deslocado para esquerda, com retomada por um clítico: <i>O chocolate, comeu-o Maria</i>.</p>

O quadro apresentado por Castilho (2010) caracteriza de maneira abrangente a língua portuguesa praticada no Brasil, além de demonstrar, também, as formas usuais da língua em Portugal. Interessante ressaltar que, ao contrário do uso brasileiro, as características que definem o português europeu muito se aproximam da norma padrão da língua. As diferenças apresentadas destacam que a língua falada no Brasil, embora seja a portuguesa, seguiu um caminho linguístico diferente do de seu colonizador.

Os fatos fonéticos elencados evidenciam como o ritmo, a entonação, a própria fala dos portugueses diferem do falar brasileiro.

Em relação à morfologia e à sintaxe, observam-se fenômenos que distanciam a fala brasileira do ideal de língua exposto pela gramática normativa. Contudo, usos como: “me empresta um lápis”, “vou na feira”, “estou falando”, mesmo contrariando regras da língua, são formas praticamente cristalizadas na fala brasileira.

Desta forma, pode-se afirmar que tanto Brasil quanto Portugal utilizam a mesma língua, porém, uma língua sujeita à variação, que independe apenas da localidade, mas também de outros fatores relacionados a seus usuários e ao contexto linguístico das diferentes comunidades de fala desse idioma.

4 O PORTUGUÊS BRASILEIRO

4.1 AS HIPÓTESES SOBRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO

O fenômeno de mudança linguística e das transformações que ocorrem com a língua é fato evidente. Nessa perspectiva, estudiosos se dedicam a pesquisas que expliquem essas alterações na língua. Castilho (1992) elenca três hipóteses sobre o processo de constituição da variedade brasileira: a hipótese evolucionista, a hipótese crioulista e a hipótese internalista.

A teoria evolucionista defende a idéia de uma “língua brasileira”, ou seja, assim como o latim deu origem ao português, deste surgiria o brasileiro.

A segunda hipótese, a crioulista, acentua a importância dos contatos linguísticos no Brasil-Colônia, sendo a influência das línguas africanas e indígenas fator responsável pelas mudanças na língua. De acordo com o autor, existem duas fases de contatos: a fase do pidgin e a fase do crioulo, sendo a primeira, considerada uma língua de emergência bastante rudimentar e não natural e a segunda, uma adaptação mais complexa e rica do pidgin, ou seja, a adaptação de uma língua por falantes de outras línguas. Desta forma, alguns autores justificam características do português brasileiro como resultado de uma língua crioula, como uma adaptação do português por índios e africanos.

Já a hipótese internalista considera o português brasileiro uma continuação natural do português europeu, refletindo hoje o que foi em Portugal o português arcaico. De acordo com o autor, tal hipótese seria “uma tendência própria dos sistemas a acomodarem-se, independentemente de continuarem em seu berço de origem ou serem transplantados para outros ambientes” (CASTILHO, 1992, p.243).

Sobre a tendência da hipótese internalista e a possível manutenção da língua portuguesa arcaica no Brasil, Castilho (2010) comenta:

O tipo de língua trazida para o Brasil, os contatos linguísticos com índios, africanos e as línguas de migração, a intensa urbanização do país e o avanço da fronteira agrícola, misturando os falares sulistas aos nordestinos, tiveram como resultado muito provavelmente a manutenção do português arcaico do século XV, com pequenas contribuições trazidas pelos não-falantes do português. Era esse o momento histórico da língua praticada pelos portugueses que embarcaram para cá. (CASTILHO, 2010, p. 192)

Entre as três hipóteses atualmente debatidas pelos estudiosos da área, destacam-se as hipóteses crioulista e internalista. A primeira hipótese – a evolucionista – de acordo com Castilho (2010) é uma posição que já foi abandonada. Esta pesquisa apóia-se na hipótese internalista, já que dados da história da língua apontam alguns fenômenos que são considerados crioulos, como fatos presentes no português europeu do século XIX, o que contraria a hipótese de crioulistização da língua portuguesa no Brasil.

4.2 SOBRE AS ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

No período de colonização do Brasil, a base da sociedade e da população brasileira era composta por portugueses, índios e escravos, sendo esses três povos os fundadores iniciais do país. Com o passar dos anos, imigrantes estrangeiros, como italianos, espanhóis, franceses, japoneses, entre outros, também começaram a fazer parte da população brasileira e, desta forma, a expansão de costumes, culturas e conseqüentemente línguas distintas se difundiram no Brasil.

Diante dessa miscigenação cultural e social da nação brasileira, a língua portuguesa falada no Brasil começou a se distanciar do modelo lusófono de língua, em aspectos fonéticos, sintáticos e semânticos. As atribuições a tais modificações na língua são, porém, objetos de polêmica e complexidade, já que não há total consenso em relação às causas ou fatores que geraram os fenômenos peculiares ao português brasileiro. Normalmente defende-se que, no Brasil, o português de Portugal recebeu influências principalmente de línguas indígenas e africanas, principais povos da época, assim como existe a possibilidade de a língua transplantada para o Brasil já ter chegado com variação, ou seja, em uma modalidade não-padrão, conforme afirmam Naro e Scherre (2007):

[...] a língua portuguesa já veio para o Brasil com suas características inapropriadamente denominadas de crioulistizantes, que aqui floresceram, regadas por condições sociais, generosas, como uma norma lingüística mais branda e flexível, criada no contexto da existência de multilinguismo generalizado e da aquisição do português como segunda língua. (NARO E SCHERRE, 2007, p. 133).

Desse modo, a origem do português brasileiro, assim como os fatores que levaram ao distanciamento o português do Brasil do português europeu ainda é assunto passível de grandes discussões.

4.2.1 A influência Indígena

As tribos indígenas foram o primeiro contato dos portugueses ao chegarem ao Brasil. Ao lado da vasta população indígena em terras brasileiras, estava, também, a dinamicidade das línguas que usavam. Embora não seja possível precisar o número de línguas existentes, Houaiss (1985, p. 100) admite a existência de um montante de 1500 línguas indígenas no período da colonização.

Entre essas línguas, a tupi foi a que mais conviveu a par com o português durante o processo de colonização, assim como a que deixou heranças na língua portuguesa. A contribuição indígena para a língua portuguesa no Brasil manifestou-se de forma significativa no campo lexical, especialmente no rol das denominações relativas a cidades, a estados, à flora e à fauna, conforme salienta Melo (1981, p. 43) com os exemplos: *Andaraí, Cabuçu, Carioca (Rio), Gamboa, Guanabara, Jacarepaguá, Ipanema, Irajá, Pavuna, Tijuca, Brocoió, Caju* entre outros.

Castilho (2010, p. 180) também afirma que o grosso das contribuições lexicais para o português brasileiro provém do tupi-guarani, que cedeu cerca de dez mil vocábulos, constantes, em sua maioria, de topônimos e antropônimos. De acordo com o autor, não há comprovação de influência indígena no nível fonológico ou gramatical no português brasileiro, estando pendente de mais pesquisas a hipótese de importação do “r” retroflexo pelos paulistas.

4.2.2 A Influência Africana

Durante a colonização do Brasil, além do contato inicial entre portugueses e índios, destaca-se também a participação africana nesse processo. Na condição de “braços da lavoura”, mais de 18 milhões de escravos africanos foram trazidos ao Brasil entre os anos de 1538 e 1855 para o trabalho nos engenhos de açúcar e nas lavouras de tabaco e algodão, propagando assim, traços da cultura

africana em território brasileiro. Desta forma, alguns autores relatam a contribuição africana para a língua brasileira.

Segundo Melo (1981, p. 78), a influência mais profunda das línguas africanas no português brasileiro se fez sentir na morfologia. De acordo com o autor, a simplificação e a redução das flexões comuns na fala popular brasileira são heranças das línguas dos escravos, como por exemplo, “os homi tá i”, “as prima já chegaro”. Outro fenômeno destacado pelo pesquisador é a deglutinação e aglutinação dos fonemas, como acontece com o “s” do determinante, que se incorpora à vogal da palavra seguinte, produzindo uma nova forma autônoma e fecundante, como por exemplo, “zarreio” (resultado de os-arreio), “zome” (resultado de os-home).

Já outros fenômenos são tratados como dupla influência, africana e indígena. Spina (1987, p. 24) traz como exemplo de influência desses dois povos o caso da vocalização do digrama *lh* em “*i*”, como em *muié, mio, fio, moiá, espeio, oio, mió* (por mulher, milho, filho, molhar, espelho, olho, melhor); a supressão da dental “*d*” do grupo consonantal *nd* nas formas *and, end, ind: falano, dizem, vestino* (falando, dizendo, vestindo); a apócope do *s* (consoante que os índios desconheciam): *vamo, lapi* (vamos, lápis); redução dos ditongos *ou* e *ei*: *porquera, manera, falô, otrora, estora* (porqueira, maneira, falou, outrora, estoura).

Cabe ressaltar que Boléo (1943, p. 27) refuta a origem indígena e africana de alguns desses fenômenos. Segundo o autor, a redução dos ditongos *ou* e *ei*, assim como a apócope do *s*, configuram-se como fatos linguísticos correntes em algumas regiões de Portugal. Já a passagem da palatal *lh* a *i* é atribuída, pelo autor, como uma evolução da língua semelhante à que se deu em francês: *paille [pále] [páye]*, portanto, de acordo com o autor, estes fatos são europeus e devidos à própria evolução da língua.

Spina (1987) ressalta também que o negro contribuiu significativamente com o léxico brasileiro, em especial nas denominações pertencentes à culinária, às suas crenças, à música e à farmacologia.

Contudo, além da língua, a cultura negra africana também aflorou no Brasil. Suas crenças, costumes e religião deixaram marcas na sociedade brasileira visíveis até os dias de hoje.

4.2.3 A influência do Português Europeu não Padrão

Devido à heterogeneidade da língua portuguesa, alguns autores, como Boléo (1943) e Naro e Scherre (2007), justificam que alguns fatos linguísticos considerados peculiares ao português falado no Brasil podem ser indícios de variantes do português europeu. Naro e Scherre (2007, p.119) salientam que os portugueses que vieram para o Brasil eram originários de todas as regiões de Portugal e pertencentes a diversas classes sociais, justificando, desta forma, a não homogeneidade da língua trazida para o território brasileiro. De acordo com os autores, “a literatura que assume a hipótese da crioulização do português em terras brasileiras costuma ignorar ou negligenciar essa realidade linguística e, na maior parte das vezes, faz comparações com o português escrito padrão ou com variedades de prestígio do português falado de Portugal” (NARO e SCHERRE, 2007, p. 119), ou seja, compara-se o português brasileiro popular a variedades cultas do português europeu.

Nessa perspectiva, tanto Boléo (1943) quanto Naro e Scherre (2007) elencam inúmeros fenômenos linguísticos que, embora classificados como específicos do Brasil, ou como fatos advindos da crioulização, também são comuns em algumas regiões de Portugal, ou seja, pertencentes à variedades do português europeu não-padrão. Entre eles destacam:

1-Alternância de [l] e [r]

-em posição pré-vocálica: (“lato”, “lapassi” – por rato e rapaz)

-em grupos consonantais: (“esclavo” – por escravo)

-em coda silábica: (“surtão” – sultão).

2-Processos de nasalização e desnasalização

Nasalização: (“ingreja”, “inducar” – por igreja e educar)

Desnasalização: (“home” – por homem)

3-“Uso do pronome reto em função de objeto direto

As 3ª pessoas (singular e plural) apresentam as formas:

Ele, ela, eles, elas, a par de: o, a, os, as, em frases como: (“Bendi eles há munto ano”).

4-Uso do pronome se para outras pessoas

(*“vou s’imbora”, “vê ali uma coisa que s’interessa de comprar” – por vou-me embora e vê ali uma coisa que lhe interessa comprar*)

5-Alternâncias de preposições, incluindo a preposição em no lugar das preposições a e de

(*“aquilo chegou na última miséria”*).

6-Uso do verbo ter indicando posse e existência

(*“aqui no nosso sítio tem muntos rapazes”*).

7-Redução dos ditongos ei a ê e ou a ô

(*“bêjo”, “pêxe”, “dêxa”, “ôro” – por beijo, peixe, deixa e ouro*).

8-Supressão do r final nas formas verbais

(*“botá”, “nadá”, “vendê” – por botar, nadar, vender*).

9-Ausência de concordância verbal e nominal

(*“Eles falou: aonde você mora?”*)

(*“Tenho cinquenta ê um ano”*)

10-Redução ampla de modos e tempos verbais

(*“ S’ eu dezer isso” –(futuro)*).

Portanto, apesar de não haver consenso em relação à origem dos fenômenos no português brasileiro, pode-se afirmar que, com o passar do tempo, ele foi se distanciando do português europeu, devido não só à influência de outras línguas, ou até mesmo de dialetos ou formas antigas do próprio português europeu, mas talvez, também, pelo não comprometimento dos brasileiros em acompanhar as mudanças ocorridas no português de Portugal desde a colonização até os dias atuais.

4.2.4 A Língua do Brasil e o “Dialeto Caipira”

Diferenças relacionadas a fatores como sexo, idade, região, classe social entre outros, dão origem a variantes, ou dialetos, que bastante diferem do padrão da língua, também padrão lusitano.

Entre os dialetos que caracterizam as diferenças do português brasileiro, destaca-se o “dialeto caipira”. Como a colonização do Brasil se deu inicialmente em território rural, pelo fato de que antes de cidades existiam fazendas, sítios e engenhos, a mistura da língua portuguesa trazida de Portugal com outras línguas da região, compôs o dialeto caipira, conforme esclarece Ribeiro (1995):

Resultante da miscigenação entre os colonos portugueses, índios e alguns negros que a eles se juntaram, o caipira emerge na região Sudeste do Brasil; primordialmente, no atual Estado de São Paulo, de onde se expande para o Centro-Oeste através das bandeiras. Após a derrocada da mineração, no final do século XVIII, as populações que se concentravam nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso se dispersam e retomam o modo de vida rústico da antiga população paulista, compondo a cultura caipira. (RIBEIRO, 1995, p. 203).

Melo (1981) também salienta que o dialeto caipira é um aspecto regional nosso: “Tenho para mim como certo que os antigos hábitos linguísticos tupis, de par com os africanos, impressos no português determinaram a formação do dialeto caipira” (MELO, 1981, p. 56).

O dialeto caipira foi descrito inicialmente no Estado de São Paulo por Amaral (1920) em seu estudo intitulado “O dialeto caipira”, no qual descreve e analisa a fala de moradores da zona rural paulista, destacando questões relacionadas à fonética, à morfologia, à sintaxe e ao vocabulário.

O falar advindo da cultura caipira difere acentuadamente do idioma padrão e distingue-se pelo vocabulário, pelas diferentes formas de concordância, verbal e nominal, pelas formas de estruturação de frases, pelo ritmo e, por traços fonéticos. Amaral (1920) afirma que o “dialeto caipira” caracteriza-se pelo “r” retroflexo; pela ausência de consoantes laterais palatais (lh), que são permutadas pela semivogal “i”; pela permuta do “l” de fim de sílaba por “r” (retroflexo); pela monotongação de “ai”, “ei”, “ou”; pela apócope, como a queda do “r” final nos verbos infinitivos terminados em “ar e “er”; pela síncope em palavras proparoxítonas; pela aférese em muitas palavras; pelo rotacismo; pela neutralização das vogais “e” e “i”

em “o” e “u” e pelo caso de prótese, entre outros fenômenos que distinguem a fala caipira das demais variantes.

Ressalta-se que o estudo de Amaral se deu em 1920 e muito do descrito pelo autor foi incorporado pelos moradores da zona urbana, ou seja, muito do dialeto caipira descrito em 1920 constitui a fala de grande parte dos falantes brasileiros. Desse modo, o dialeto caipira constitui uma caracterização do português brasileiro no que se refere às diferenças que apresenta em relação ao português europeu.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 OS *CORPORA*

Os *corpora* desta pesquisa constituem documentos manuscritos paranaenses e portugueses, datados do século XIX, entre os anos de 1800 a 1820. Compõem-se de cartas oficiais e requerimentos normalmente endereçados a autoridades da época. Os manuscritos paranaenses, selecionados para esta pesquisa são especificamente da cidade de Curitiba-PR e fazem parte dos *corpora* do projeto PHPPR- *Para a história do Português paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX*, que disponibilizou cópias e transcrições dos manuscritos. Já a constituição do *corpus* português deu-se após longo percurso de busca. Na primeira tentativa recorreu-se à Biblioteca Nacional de Lisboa e ao Centro de Linguística de Lisboa, via e-mail e contato telefônico, por considerar que, em se tratando de um *corpus* português, haveria maior facilidade de encontrá-los em institutos desse país. Sem respostas concretas e pela impossibilidade de dirigir-se até Lisboa em busca de tais documentos, optou-se então, por contatar arquivos e bibliotecas brasileiras. Entre os contatos, obteve-se sucesso com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que disponibilizou um catálogo de manuscritos arquivados sob a organização “Coleção Portugal”, cujo acesso seria possível após seleção e devido envio de documentação de solicitação à referida biblioteca. Após os trâmites burocráticos, foram obtidas digitalizações gravadas em CD, em preto e branco, dos manuscritos então classificados.

No que se refere ao *corpus* português, cabe ressaltar que, como a seleção dos manuscritos se deu apenas via catálogo, considerando-se apenas dados como datação, localidade e assunto, alguns dos documentos enviados apresentaram-se em mau estado de conservação e, por isso, várias cópias foram eliminadas da constituição do *corpus* devido à impossibilidade de leitura e compreensão da escrita.

A escolha do trabalho com manuscritos justifica-se pelo alto teor histórico que eles representam. De acordo com Acioli (1994, p. 1), o documento manuscrito é considerado a mola-mestra da História. No estudo em questão, os

documentos antigos possibilitam o resgate de dados da escrita da época e evidenciam características próprias dos períodos da língua.

Devido ao fato de se tratar de uma linguagem escrita diferente da utilizada atualmente, decifrar o conteúdo dos manuscritos constitui uma tarefa minuciosa que exige dedicação e persistência dos pesquisadores.

Uma das formas de trabalho com manuscritos é o procedimento de edição, em que se transcreve ou se reproduz o texto de acordo com normas e critérios estabelecidos para facilitar a compreensão e interpretação do conteúdo escrito antigo.

5.2 A EDIÇÃO DOS MANUSCRITOS

Para a análise dos manuscritos, faz-se necessário editá-los para facilitar a observação e compreensão dos fenômenos linguísticos, foco principal do presente estudo.

Para tanto, recorre-se ao campo da Filologia para buscar aparato necessário para a edição de textos antigos.

A edição de textos pode ser realizada de várias maneiras. Santiago-Almeida (2009) elenca quatro possíveis reproduções aplicáveis ao tipo de manuscritos que constituem a presente pesquisa:

1) Fac-similar: “Reprodução da imagem do texto por meios mecânicos: digitalização escaneada/escanerizada, fotografia, microfilme, xerografia e outros. Nesse tipo de reprodução não há interferência direta do editor. Permite estudo de variada natureza, como o histórico, o linguístico em todos os níveis – incluindo a pontuação, a ortografia e a acentuação gráfica –, o paleográfico, e o de alguns aspectos codicológicos e diplomáticos” (p. 225).

2) Diplomática: “Reprodução tipográfica em que se conservam todas as características estruturais, gráficas e linguísticas do texto, indicando inclusive as interferências de terceiros (no exemplo, entre colchetes), sinais públicos e deteriorações provocadas pelo tempo e/ou por insetos. A interferência do editor

limita-se à leitura ou decodificação. Permite estudo histórico, linguístico em todos os níveis – incluindo a pontuação, a ortografia e a acentuação gráfica” (p. 226).

3) Semidiplomática: “Reprodução tipográfica que consiste no desenvolvimento das abreviaturas dentre outras possíveis interferências do editor. Tanto quanto a terminologia, o grau de interferência é variável, principalmente no que diz respeito à fronteira vocabular, ao emprego de maiúscula e minúscula, à justalinearidade, à eliminação de partes tachadas, às emendas (por conjectura) dos erros evidentes e das lacunas provocadas por deterioração de natureza diversa. Encontra-se concordância apenas no que se refere à manutenção de aspectos do nível linguístico (sintaxe, incluindo a pontuação; morfologia; semântico-lexical) e ortográfico, incluindo a acentuação gráfica. Por isso mesmo, nesse tipo de reprodução, são aspectos passíveis de estudos, além do histórico. Todavia há autores que admitem, nesse tipo de edição, a possibilidade de interferência até na pontuação, além de acréscimo de notas esclarecedoras de pontos considerados difíceis para o não especialista”(p. 228).

4) Modernizada: “Reprodução tipográfica que atinge o maior grau de interferência de quem edita. Nela é possível haver alteração de aspectos nos níveis linguístico e ortográfico, além dos pontos descritos na reprodução semidiplomática. Nesse caso resta apenas a possibilidade de estudo no âmbito histórico”(p. 230).

Pelo exposto, elegeu-se a edição semidiplomática, acompanhada da reprodução fac-similar, para a aplicação a este estudo, já que, embora procure melhorar o texto, este tipo de edição também se caracteriza pelo rigor no conservadorismo de todos os elementos presentes no documento.

Selecionado o tipo de edição a ser adotado, cabe ressaltar também a relevância em relação às normas que regem a transcrição do texto. As normas aqui exploradas baseiam-se na proposta elaborada pelo projeto PHPPR, anteriormente desenvolvidas e amparadas na proposta de Megale et alli (2001, p. 553-555), numeradas a seguir:

1. As abreviaturas, alfabéticas ou numéricas, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas nas abreviaturas: *Fev.^{ro}* > *Fevereiro*, *9^{bro}* > *Novembro*, obedecendo aos seguintes subcritérios:
 - a. respeitar a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas de quem escreveu, como no caso da ocorrência *munto*, que leva a abreviatura *m.^{to}* a ser transcrita *munto*;
 - b. no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção é pela forma mais próxima da atual, como no caso de ocorrências *Deos* e *Deus*, que levam a abreviatura: *D.^s* a ser transcrita *Deus*.
2. As fronteiras de palavras devem ser estabelecidas ou modernizadas. No entanto, é mantida a grafia dos manuscritos quando, ao contrário, uma palavra é, de maneira sistemática, grafada separadamente. Isto pode ocorrer com os elementos constitutivos de determinadas palavras. Exemplos: *sô mente*, *intro dução*, *taõ bem* ou *tam bem*. Da mesma forma, não se introduz hífen simples (-) ou duplo (=), apóstrofo ou qualquer outro sinal gráfico onde não há.
3. A pontuação original é rigorosamente mantida.
4. A acentuação original (presença ou ausência do diacrítico) também é rigorosamente mantida. Exemplos: *comercio*, *camerã*, *naõ há*, *há*, *he*, *hé*, *hê*.
5. O emprego de maiúsculas e minúsculas também é rigorosamente respeitado como se apresenta no original. As variações gráficas resultadas de fatores cursivos não são consideradas relevantes. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
6. Os atestados e eventuais equívocos do escriba ou copista, como inversões e duplicações silábicas e repetições de palavras ou frases, são mantidos: *fallecidade*, *fugigiram*, *o gentio Payaguã Payaguã*, porém, remetidos para as notas subseqüentes, onde se deixa registrado o erro, com indicação da respectiva linha. Exemplos: 1: *facellidade*, ms: *fallecidade*, 4: *fugiram*, ms: *fugigiram*, 13: *o gentio Payaguã*, ms: *o gentio Payaguã Payaguã*.
7. As supressões feitas pelo escrevente no original também são suprimidas pelo editor, mas, da mesma maneira, são remetidas para as notas subseqüentes, onde serão tachadas, com indicação da respectiva linha. Exemplo: 8: *todos os presentes*, ms: *todos ~~ninguem~~ dos presentes*.

8. As inserções feitas pelo escriba ou copista nas entrelinhas ou nas margens laterais, superior ou inferior entram na edição entre dígrafos < >, no local indicado. Exemplo: *Capitania <e letrados> por nesta haver falar delles.*
 9. As intervenções escritas de terceiros no documento original são evidenciadas entre colchetes duplos [[1752]]; os sinais públicos, como carimbos, aparecem nos comentários que compõem a descrição do manuscrito.
 10. As leituras por conjectura, sem probabilidade de erros, das lacunas existentes por deterioração do documento, devem vir entre colchetes. Exemplo: *e tambem de que ne[[la se con]cervem para sempre os ditos petrechos.*
 11. As lacunas existentes por deterioração do documento, sem possibilidade de lição segura por conjectura ou inferência, são indicadas com *ilegível* e entre colchetes. Exemplo: *Como expomos [ilegível] deraõ no Real Decreto de 22 de Mayo de 1753.*
 12. As linhas, na edição, são numeradas continuamente de cinco em cinco à margem direita da mancha, ou à esquerda do editor.
 13. A divisão das linhas do documento original será preservada ao longo do texto (formato justaposição). A mudança de fólio deve receber a marcação com o respectivo número na sequência. fol. 1r, fol. 1v, fol. 2r.
 14. As assinaturas simples ou rubricas de punho de quem assina devem ser sublinhadas. Exemplo: Bernardo José de Lorena. As assinaturas de difícil leitura colocadas entre parênteses.
 15. A grafia dos nomes próprios deve ser atualizada na ficha e mantida nos demais casos.
 16. A edição de cada fólio é precedida de uma ficha contendo: Número do documento, Composição, Tipologia, Assunto/resumo, Datação e Autores¹.
- As normas e critérios de edição aqui explicitados embasam a edição dos manuscritos desta pesquisa, apresentada a seguir.

¹ Substituiu-se “autores” por “signatários” devido ao fato de que as assinaturas não certificam a autoria do documento.

5.2.1 Os Manuscritos Paranaenses: uma breve contextualização

Os documentos paranaenses selecionados para esta pesquisa constituem manuscritos referentes à cidade de Curitiba. Esta cidade, hoje capital do Paraná, inicialmente habitada por índios Tupi-guarani, após a colonização do Brasil, em meados do século XVI, atrai garimpeiros devido a informações da existência de minas de ouro nos campos de Curitiba.

Com o crescimento de expedições exploratórias, em 1693, o então povoado passou à categoria de vila, primeiramente denominada “Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais” e em 1701 ficou mais conhecida como Vila de Curitiba.

Ainda no século XVIII, tornou-se caminho de tropeiros para o transporte de gado, fato que impulsionou o comércio e o desenvolvimento da região levando, em 1842, a vila à categoria de cidade.

Até o século XVIII, os habitantes da cidade eram índios, mamelucos e portugueses. Com a emancipação política do Paraná (1854) e o incentivo governamental à colonização na segunda metade do século XIX, Curitiba foi transformada pela intensa imigração de europeus, como alemães, franceses, suíços, poloneses, italianos, etc. povos que contribuíram para a formação da estrutura populacional, econômica, social e cultural da cidade. Da mesma forma, paulistas, gaúchos, mineiros, nordestinos, enfim, brasileiros de todas as localidades também colaboraram para a construção da imagem de Curitiba.

Ressalta-se que os manuscritos paranaenses em análise se inserem num período anterior à expansão migratória no Paraná por pertencerem ao início do século XIX.

Segue edição semidiplomática, com reprodução justalinear, acompanhada do fac-símile de 07 manuscritos paranaenses. Cabe ressaltar que os documentos foram numerados pela autora desta pesquisa de 01 a 07 seguindo a ordem cronológica crescente dos documentos.

Doc: 01
Composição: fól. 1r
Assunto/resumo: Inclusão de tributo sobre a arroba de fumo.
Datação: 23 de setembro de 1800
Signatários: Antonio dos Santos Reys, Jozé Antonio Mendez Oliveira, Joze Cardoso Pazes, Joaquim Alvarez de Araujo, Jozê Leme do Prado.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor.

[[23 Setembro 1800]]

[[12-7-24]]

Para executar oque Vossa Excelencia nos ordena, por Carta de 4 de Junho proximo paçado, a respeito da Contribuição, que devemos consignar para a Subsistencia dos Engenheiros, Medico, e Cerurgiaõ, que sua Alteza. hê servido estabelecer, depois de varias conferencias, informan

5 do-nos do capitam das Ordenanças Antonio Joze daSilva, edo Thenente Joaquim Antonio Guimaraez, actual Dizimeiro, sobre os generos, que exportaõ para fora os habitantes desta Villa, e seu Termo, esaõ de sua natureza menos onerosos, atendendo de que hum tem

10 disso conhecimento pellos mapas annuaes que tira, de sua companhia, e outro pellos Dizimos, que percebe, achamos, que pondo hum tributo nos fumos, com que. são socorridos os Povos das Villas da Marinha vezinha, a Cem reis por Arroba, esendo

15 a Sua exportação de quenhentas, pode render sincoenta mil reis; ena mesma forma, em sincoenta reis por Alqueire de Congonha, cuja exportação anda acima de mil Alqueires, pode taõ bem render outros sincoenta mil reis, vindo assim esta Villaa a Contribuir com cem mil reis, crê-

20 ando-ce para esta recadação Inspetores nos Portos dos Cubataons de Parnagua, e Rio de São Francisco: : Isto não obstante nós nos submetemos em tudo com o mais profundo respeito, obediência, amor, e fidelidade atudo oque for do Real agrado de Sua Alteza, Como hê experementado quem sepreza deser o mais leal vaçallo.

25

Deus Guarde a Vossa Excelencia feliz

Jeliam. de V. de fortibá infam. no
de 1760

D. N. Ex.º

Acumantys e Subditos

Antonio de S.º Rego Juy ordm.º

Jose Ant.º Mendonça, vereador

Jose Cardoso Paes vereador

Joaq.º Alz. de A.º vereador

Jose Leme de A.º Procurador



Doc: 01
Composição: fol. 1v
Assunto/resumo: Inclusão de tributo sobre a arroba de fumo.
Datação: Curitiba, 23 de setembro de 1800
Signatários: Antonio dos Santos Reys, Jozé Antonio Mendez Oliveira, Joze Cardoso Pazes, Joaquim Alvarez de Araujo, Jozê Leme do Prado.

felizmente Villa deCoretiba emCamara aos 23
de setembro de 1800

5

DeVossa Excelencia

Reverentes subditos

10

Antonio dos Santos Reys Juiz ordinario.
Jozé Antonio Mendez Oliveira veriador.
Joze Cardoso Pazes veriador
Joaquim Alvarez de Araujo. vereador
Jozê Leme do Prado Procurador

15

8. Fev. - 1804

12-7-28

Como no augmento da População deste Districto se
 não encontra Opulencia, que possa figurar de maneira que
 Convide para Subsidiado para fazer respectar, entre os habitantes
 as Leis da Monarchia; não persistimos não se achar esta
 Villa em estado de ser contemplada naquelle Sublimissimo
 que dependem a Província de Sua Magestade Real, que por favor
 V. Ex.^a nos fez ver, em data de cinco de Janeiro proximo pa-
 ssado: por quanto sendo, verdadeiramente Cabrera, Doz
 Pais, pouco abundante de sultura de fomesias, não parece
 que para Comodidade do Povo, e boa administração de
 Justiça, se bastante as Comissões annuaes, e a presidencia do
 Doutor Oviedo na Cabeça da Comarca, para onde nobres
 tempo de vinte e quatro Oras se alcança a Puerca necessaria
 sem como a nossa Outeidade obfusca a Verdadeira Condição
 merito de ter Sabia de terminação, imploramos a V. Ex.^a para
 que com a sua Sublime y fera, e alta Comprehensão, haja
 de dignos, como achas convenientes. D. G. e a V. Ex.^a p.
 neste d.elly governo. Villa de Soritiba em Camera de oito de
 Fevereiro de mil oitocentos e quatro.

D. N. Ex.^aM. Ex.^{mo} Senhores Antonio Jose da Franca e Alorta

Omnes Leventes Subditos

João Antonio Pinto
 Nicolau Pinto Rebello
 Francisco Alves Ribeiro
 Joaquim Mariano Saboia
 Luiz Gomes de Silva



Doc: 02
Composição: fól. 1r
Assunto/resumo: Pedido de envio de Juiz letrado para a Villa de Coritiba.
Datação: Curitiba, 8 de fevereiro de 1804
Signatários: João Antonio Pinto, Nicollau Pinto Rebello, Francisco Alves Pinhero, Joaquim Marianno Taborda, Luis Gomes da Silva.

[[8-Fevereiro-1804]]

[[12-7-28]]

Como no aumento da População deste Destricto se
 não encontra Opulencia que possa figurar demaneira que
 convide Juiz Letrado para fazer respeitar, entre os habitantes
 as Leis da Monarquia; nos persuadimos não seachar esta
 5 Villa em estado de ser contemplada na quelle sublimigrão,
 que dispoim a Provizaõ de Sua Alteza Real, que por copia
Vossa Excelencia nos fês ver, em data de sinco de Janeiro proximo pa
 ssado: por quanto sendo vizivel adecadente Pobreza dos
 Pais, pouco abundante decultura edecomercio, nos parece
 10 que para comodidade dos Povos, eboa administraçaõ de
 Justiça, ser bastante as Correçoins annuais, e a prezidencia do
 Doutor Ouvidor na Cabeça da Comarca, para onde nobreve
 tempo devinte equatro Oras se alcança o Recurço neçesario, po-
 rem como anossa rustiçidade obfusca oVerdadeiro conheçi
 15 mento de taõ sabia de terminaçaõ, imploramos a*Vossa Excelencia* para
 que, com aSua Sublime esfera, ealta comprehençaõ, haja
 de dispor, como achar conviniente. *Deus Guarde aVossa Excelencia* para nosso
 fellis governo. Villa deCoritiba emCamera de oito de
 Fevereiro demil oito centos e quatro.

20 De *Vossa Excelencia*

Illustrissimo e *Excelentissimo* Senhor Antonio Jozé da Franca e Horta

Os mais reverentes subditos

25 Joaõ Antonio Pinto
Nicollau Pinto Rebello
Francisco Alves Pinhero
Joaquim Marianno Taborda
 30 Luis Gomes daSilva

Ill. e Ex. Senhor

16 Fev. 1805

Coritiba

1805

12-7-29

Com profundo respeito e subjeita Satisfacção Vosso a
 respeitável presença de V. Ex.^a das partes de que nos occupa
 Cidades de Camargos fozes em Camargos do anno passado
 de Cuidamos no bem publico dute Distrito, e Simultaneamente
 Logar a V. Ex.^a haja de no tomad de baixo da sua alta proci-
 tuad e Com a Sinceridade paternal instruir nos particular-
 mente na qual virtuosas Systema Com que V. Ex.^a tem feito e
 a Felicidade dute Sappitania, e a Gloria de Sobersans a Cujal
 Real proencia Vosso duas em tempo proprio e a Sapp
 Sentimentos inefragavel dute que tem de que V. Ex.^a
 por debatare anno no proprio sue anno bem que tam
 bem deixamos a V. Ex.^a Cujal prociada Vida. De q. por
 m. anno. Com todo. haustoy migter. Villa de q. amf
 mada de 26 de Janeiro de 1805

Ill. e Ex. Senhor Antonio Jose da Franca e Costa

Deixa a honra de V. Ex.

Com as atencas Subditos

Joaquim Mariano Ribeiro e Silva

Sebastiao Loureiro da Silva

Jose Antonio Vaz

Francisco Diniz

João Pereira



Doc: 03
Composição: fól. 1r
Assunto/resumo:
Datação: Curitiba, 16 de Fevereiro de 1805
Signatários: Joaquim Mariano Ribeiro Ribas, Sebastiao Cordeiro da Silva, Joze Antonio Vieira, Francisco Dinis, João Pereira.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

[[16 Fevereiro 1805]]

[[Coritiba]]
[[1805]] [[12-7-29]]

Com profundo respeito esubeja saptisfação vamos a
 respeitavel prezença de *Vossa Excelencia* dar parte de que nas qua
 lidades de Camaristas fomos em Carregados do anno prezen
 te cuidarmos no bem publico deste Destricto, e simultaneamente
 5 rogar a *Vossa Excelencia* haja denos tomar debaixo da sua alta pro=
 teção e com a seduidade paternal instruir-nos particular=
 mente na quele virtuozo sistema com que *Vossa Excelencia* tem feito
 a felicidade desta capitania, e a Gloria do Soberano a Cuja
 Real prezença devemos Levar em tempo proprio os nossos
 10 sentimentos e os refragavel dezejo que temos de que *Vossa Excelencia*
 por dilatados annos nos propoçione onosso bem que tam
 bem dezejamos a *Vossa Excelencia* Cuja precioza Vida. *Deus Guarde* por
muitos annos. Como todos havemos muitos. Villa de *Coritiba* em Ca=
 15 mera de 16 de Fevereiro de 1805

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Antonio Jozé da Franca e Horta

Bejaõ as maons de *Vossa Excelencia*
 Os mais atentos Subditos

Joaquim Mariano Ribeiro Ribas
Sebastião Cordeiro daSilva
Joze Antonio Vieira
Francisco Dinis
João Pereira

P. Cam
S. Paulo. 25 de Setembro de 1810
1810

Cartella

8 Set. -

1810

Delho Juiz da Ouvidoria Geral da
Comarca de Sorocaba. Iny foi dirigida
uma Ordem cartella de vinte e hum de Agosto
proximo passado com o tracto do Alvará
do S. M. da. de vinte e tres de Janeiro de
mil e cento e noventa e nove para que fizesse
dar e dar devida cuita e cumprimento em
toda a Obisporia inclusa em vras e a Pau
ta da Nomicas e que fizesse na forma do
paragrafo seguinte do mesmo Alvará.

D. J. P. al. Ex. Vila

Calor. 8 de Setembro de 1810

Juis Ordini. Antonio G. de Moraes

Venador Pan. Costa e Silva

Venador Luiz Tomaz da Silva

Venador Joao Baptista. Couto

Procurador Antonio Alz. de A.



Doc: 04
Composição: fól. 1r
Assunto/resumo: Informam a nomeação dos vereadores.
Datação: Curitiba, 26 de outubro de 1810.
Signatários: Antonio Gonçalves de Moraez, Francisco Rodriguez Seixas, Luis Gomes da Silva, João Baptista Prestes, Antonio Alvarez de Araujo.

Para Provisam ao dito nomeado
Saõ Paulo. 26. deOutubro de
1810.

Illustrissimo Excellentissimo Senhor
[[12-7-30]]

[[Coritiba]]

5 [[8 setembro]]

[[1810]]

Pello Juizo daOuvidoria Geral eCorreição da
Comarca deParnaguá nos foi derigida hu-
ma Ordem dactada de vinte ehum de Agosto
proximo passado com o Extracto do Alvará
5 deSua Alteza Real de vinte e cinco de Janeiro de
mil e oito centos e nove para que fezesemos
dár oseo devido einteiro Cumprimento em=
cuja observança imclusa imviamos a Pau
ta da Nomeasaõ que fisemos naforma do
10 paragrafo segundo do mesmo Alvará.

*Deus Guarde a Vossa Exelentissima Vila
decoritiba 8= desetembro de 1810*

15 Juis ordinario Antonio Gonçalvez De Moraez
Vereador Francisco Rodriguez Seixas
Vereador Luis Gomes daSilva
Vereador Joaõ Baptista Prestes
Procurador Antonio Alvarez de Araujo

Doc: 05
Composição: fól. 1r
Assunto/resumo: Carta de Posse de Governo.
Datação: Curitiba, 31 de dezembro de 1811.
Signatários: Thomaz Gonsalves de Almeida, Joaquim Lopes Santa Anna, Manoel Afonço Enes, Francisco Joze de Almeida, Luis Gomes da Silva.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

[[Coretiba]]
 [[1811]]
 [[31-12-1811]]

[[12 - 07 - 31]]

Tivemos a honra de receber o Offício de Vossa
 Excelencia em data de 4 de dezembro em que nos
 participa ter tomado posse do Governo
 desta Capitania a fim de dirigir-mos
 5 os nossos pella secretaria do Governo em
 cuja intelligencia ficamos
 Queira Vossa Excelencia conhecer, que não
 só emcoizas per tencentes ao serviço de sua
 Alteza Real seremos fieis executores de suas
 10 Ordens senão mesmo ao que tocar em par
 ticular a Vossa Excelencia de quem com o maior a
 feto temos a dita de ser

De Vossa Excelencia
 15 Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquez d Alegrete
 Governador e Capitam General da Capitania de São Paulo

Os mais reverentes subditos
 20 Thomaz Gonsalves de Almeida
Joaquim Lopes de Santa Anna
Manoel Afonço Enes
Francisco Joze de Almeida
Luis Gomes da Silva

Villa de Curitiba em Camara
 de 31 de Dezembro de 1811

Cristina

M. e Ex. Senhor

28. Maio - 1817

12-7-34

Por auctoridade do meu Cap. Moir a chore em Carregado com
o Com. d.º do corpo das ordenanças desta Villa, e seu
termo, e era a observancia da ordem de V. Ex. datada de 26.
de Abril proximo pasado foy as meij. egratas de Licençia
p.º poder dar hua Verdadeira emformação a V. Ex. e
procurer o Livro da t.ª Com. p.º das orden.ºs desta Villa
donde se acha o Cabo de Esquadra Fran.º de Paula Fre-
ytag, e sua familia, esta allhy hum adento em Corro
Sentou Praza No Regim.º Miliciano o filho do dito
Cabo de Nome João José de Freitas, e Nodiz odia, e
era p.º Moir ser costume fazesca a sento dodia Como today
e procurer Ver o Livro Mestre do Regim.º Miliciano desta
Villa, e Mebe a Chy, ter Sentado Praza odito João José
de Freitas Nodiz doiz de Agosto de 1817, e costume p.º ouvidor q.
je atempor o meu Cap. Moir mandou hua informaçao sobre este
Caso, por em Mas feria conta a que relante mostrar p.º his lan-
tra ella, e tam bern diz em q.º p.º ses constancias o Alferes
João Rib.º das Santos Protop. ad.º que relante Contra a
Caras, e V. Ex. q.º sendo pode mandar em sorocaba Na Casa
do Abonestrados ad.º Const. p.º by Prest. de pagem.º a de tera d.º
Sentou Praza od.º João José de Freitas, e com.º Cabo de Esquadra
Paj.º ad.º João José foy a que leguesio q.º Sentou Praza p.º
fiar servindo Com elle d.º Paj.º Na Guarniçao do Regim.º he
ag.º polo informar Com Verdade a V. Ex.º Exio como
Sempra esperando as Sabias Providençias de V. Ex.º p.º
dar inteiramente Comprimeto atudo quanto melhor
determinado por V. Ex.º Dou p.º a V. Ex.º que
Nodestrito do Frey.º de sem d.º termo desta Villa



Doc: 06
Composição: fól. 1r
Assunto/resumo: Carta de informação ao Capitão General
Datação: 28 de maio de 1817.
Signatário: Joaquim Mariano Ribeiro Ribas

[[Coritiba]]
[[28-Maio-1817]]

Illustrissimo e Exelentissimo Senhor
[[12-7-34]]

Por auzença do meu Capitam Mór a chome em Carregado com
 o commando do Corpo das ordenanças desta Villa, e seu
 termo, e em o bçervança da ordem de Vossa Excelencia datada de 26
 de Abril proçimo paçado fis as mais, e yzatas de Ligências
 5 para poder dar hua Verdadeira emformaçã a Vossa Excelencia, e
 procurey o Livro da 4.^a Companhia das ordenanças desta Villa
 donde se acha o Cabo de Escoadra Francisco de Paula Frey-
 ytas, esua família, esó achey hum asento em como
 sentou Praça No Regimento Miliçiano o filho do dito
 10 Cabo de Nome Joaõ Jozé de Freyitas, e Naõ dis odia, e
 era por Naõ ser costume fazer çe asento do dia como todos
 e procurey Ver o Livro Mestre do Regimento Miliçiano desta
 Villa, e Nele achey ter sentado Praça odito Joaõ Jozé
 15 de Freitas No dia dois de Agosto de 1817, e Constam por ouvir dizer que
 ja atempos o meu Capitam Mór mandou hua informaçã sobre este mesmo
 Cazo, porem Naõ faria conta a querelante mostrar por hir con-
 tra ella, e tam bem dizem que por ser constanças o Alferes
 Joaquim Ribeiro dos Santos Proteje adita querelante comtra a
 razão e Vossa Excelencia querendo pode mandar em Sorocaba Na caza
 20 do Ademenistrador ade constar pelos pretestos de pagamentos aserteza de quando
 sentou Praça odito Joaõ Jozé de Freitas, e o mesmo Cabo de Escoadra
 Pay do dito Joaõ Jozé foy oque requereo que sentaçe Praça para
 ficar servindo com elle dito Pay Na Goarniçaõ do Registro, hé
 o que poço informar Com Verdade a Vossa Excelencia E fico como
 25 sempre esperando as sabias Providencias de Vossa Excelencia para
 dar inteiramente Comprimento a tudo quanto me for
 determinado por Vossa Excelencia Dou parte a Vossa Excelencia que
 No destrito da Freguesia de Sam Jozé termo desta Villa



Achase hum homem sendo Solteiro de Nome fulano Vega
 dizem em nome coberto m. presumido, e bem armado. Vive
 pelos Matos coberto das doç. so ceiva m. p. sua ventura
 Caõ junto com hua Mulher Branca moça q. do Vega
 Coubeu de seu Moriso, ea Com carua in bicho de Piraõ
 e este d. homem Noõ da obediencia a ninguem, e dix
 q. La o procurar Com Sextera ademas ser p. q. do
 andã armado, e pronto espr. do. so ter in contra Com algucom
 p. matar, agora mandey procurar p. d. e lloõ foy por vel
 alhorca p. q. Noõ fuger. Sexto, e todoõ tem em oem con-
 traria Com od. Vega p. q. Eucam a Vermortey, e fi
 Carem Criminozay, e Logo a V. Ex. queira em Cami-
 nharne ay. deõs obrar Nesta Caza p. q. Com esse
 to para eu Com prir Com am. obrigatõs, pois od.
 Vega a Sejmery anda Nesta Vida es Candala-
 za, Tam tem dou. p. a V. Ex. q. Nesta Cezõta
 de Seij q. agora mandey p. hua Capital estre, e
 Ser foy Joõ da Cruz, Estevam Deoro, q. hã melhor
 V. Ex. mandalõs p. outra p. Lonje de donde Noõ
 podem fugir p. q. Sam m. presumido, e Valon-
 tej, e Nam protestando dezerstarum, e Virem se
 despiciar Nesta terra de q. os grandes q. agora fo-
 rãõ apã hãõ p. gr. de filiaõ, e Ayria firo Na
 de Lig. demandar apã hãõ mais algucom Soficien-
 tes p. os Come ter p. hua Capital p. pre em-
 Chesse ay fagas que hã No Regim. de Caza
 doseõ Com forme a ordem de V. Ex. a quem

Doc: 06
Composição: fól. 1v
Assunto/resumo: (continuação) Carta de informação ao Capitão General
Datação: Curitiba 28 de mayo de 1817.
Signatário: Joaquim Mariano Ribeiro Ribas

Achaçe hum homem Pardo solteiro de Nome fulano Vega
 dizem=me mo ço Robusto *muíto* prezumido, e bem arm ado, Vive
 pelos matos roubando gados so çecivamente Para sua sustenta
 caõ junto com hua mulher Branca moça *que odito* Vega
 5 roubou de seu marido, eaComçerva inbacho de Prizaõ
 e este *dito* homem Naõ da obediência aninguem, edis
quem lá oprocurar com serteza ade morrer *porquanto odito* anda
 anda armado, e pronto esperando só ter incontro com alguém
 para matar, agora mandey procurar pelo *dito*, e naõ foy poçivel
 10 aCharçe por *que* Não tem Lugar serto, e todos temem o em com-
 trarçe com o *odito* Vega por *que* reçam a Ver mortes, e fi-
 carem Criminozos, e rogo a *Vossa Excelencia* queira emCami-
 nhar-me o *que* devo obrar Neste Cazo para *que* Com aSer-
 to poça eu Comprir com *minha* obrigação, pois o *dito*
 15 Vega a seis mezes anda Nesta Vida es candalo-
 Za, Tambem dou parte a *Vossa Excelencia* que Nesta Recruta
 de leis *que* agora mandey para heça Capital estre, e
 ser foy João da Cruz, eEstevam Duro, que hé melhor
VossaExelencia mandalos para outra parte lonje de donde Naõ
 20 poçam fugir por *que* sam *muíto* prezumidos, e Valen-
 tes, e Vam pro testando dezertarem, e Virem se
 despicar nesta terra de *quem* os prendeo *que* agora fo-
 rão apanhados por grande *filiçidade*, Agora fico Na
 de *Ligencia* demandar apanhar mais alguns soficien-
 25 tes para os remeter para heça Capital para pre em-
 cherse as Vagas que há No Regimento de Caca-
 dores com forme a ordem de *Vossa Excelencia* a quem

A quem Deos Guarde por dilatado, em^{to} feliz
anno. Euatel da Villa de Curitiba 28-de
Majo de 1817

De V. Ex.^a

M. e Ex. Sr. José Carlos Augusto de Cejnhausem

Doc: 06
Composição: fól. 2r
Assunto/resumo: (continuação) Carta de informação ao Capitão General
Datação: Curitiba, 28 de mayo de 1817.
Signatário: Joaquim Mariano Ribeiro Ribas

A quem Deos Guarde por dilatados, e *muíto* felizes
 annos. Quartel da Villa deCoretiba 28-de
 Mayo de 1817

5 *De Vossa Excelencia*
 Illustrissimo, e Excelentissimo Senhor Joaõ Carlos Augusto de Oeynhausem

Sudito mais Reverente

10

Vay tambem aparte asinada
 peloCapitam da deLigencia que não correo
 todo o destrito conforme a ordem
 15 por não chegar o tempo, o que se obçer-
 vara para o futuro sem remiçaõ

20

Joaquim Mariano Ribeiro Ribas
 Sargento Mór

M^{mo} e Ex. Senhor

Na parte a Voa. N^{ra} e Ex. em Com. Ma-
te m^o de Maio Não houve novidade em todo
este Distrito, visto pelos mesmos Capitães
e Com. m^o das Companhias, com. m^o de o. a. p.
Como Voa. V. Ex. Na parte que dá, e he
visto Não correu todo o Distrito conform
me ordem de V. Ex. p. Não a ver tempo
pouco he pouco tempo conveniente p. Lonje-
tude do Distrito og. Se fará p. em es. g. Sem
D. e Voa. p. Largo, em. feliz e annoz p.
Nova Satisfacão. Quartel da Villa de Cor. 30.
de Maio de 1820 - De V. Ex.

M^{mo} e Ex. Sr. João Carlos Augusto de Oeynhausson
Affectuozissimo Respejtador, e Subito Luit.



md M^{mo} Rib. Ribay
Sarg. m^o Com. m^o int. p.

Doc: 06
Composição: fól. 2v
Assunto/resumo: Aviso de que não houve novidades
Datação: Curitiba, 30 de Mayo de 1820.
Signatário: Joaquim Manoel Ribeiro Ribas, Sargento Mór.

Illustrissimo e Excelelentissimo Senhor

Dou parte a Voçallustre *Excellencia* em como Nes-
te mes de Mayo Naõ ouve Novidade em todo
este Destrito, dito pelos mesmos Capitaens
ecommandantes das companhias, e o mesmo dis ocapitam
5 como Vera *Vossa Excelencia* na parte que dá, e hé
serto naõ correo todo o Destrito comfor-
me aordem de *Vossa Excelencia* por Não a Ver tempo
pois hé perçizo tempo conveniente pela lonje-
tude do Destrito o *que* sefará para omes *que* vem
10 *Deus Garde* a *Vossa Excelencia* por largos, emuito filizes annos para
Noça Satisfaçaõ. Quartel da Villa de *Coritiba* 30
de Mayo de 1820

De Vossa Excelencia

Illustrissimo e Excelelentissimo Senhor Joaõ Carlos Augusto de Oeynhausem
15 *Afectuoziçimo Respeytador, e sudito Reverente*
Joaquim Mariano Ribeiro Ribas
Sargento Mór Commandante interino

1820

Ilmo Exmo Sr.

30 Maio

12-7-41

No dia 25 do corrente, Recibi o Officio de
 V. Ex.^a de 24 de Abril, acompanhando a Patente
 e Esquema do Cap. Manoel Jose Tavorado, do
 Regimento de meu Commando. Determinando-me
 V. Ex.^a Informe eu, sobre este Official, que
 pede a Sua Mag.^e a confirmacao de sua Patente.
 O que passo a informar a V. Ex.^a he q. este
 Official, desde q. entrou a servir neste Regimento
 com Graça de Ten.^{te}, atthe o dia de hoje, se tem
 com cerrado no Serv.^o do mesmo Regimento, e com
 muito zelo e celeridade, e tem comportado no
 Servico de S. Mag.^e e reside no Districto de
 sua Comp.^a, em Carregado no Commando da m.^a

D.^o g.^o a V. Ex.^a m. a. J. Quarrel
 da Villa de Curitiba 30 de Maio de 1820

Ilmo Exmo Sr. Joao Carlos Augusto de Ceynhausen



Ignacio de Sa Sotto Mayor
 Coronel

N.º Doc: 07
Composição: fol. 1r.
Tipologia: Carta oficial
Datação: Curitiba, 30 de Maio de 1820
Assunto/resumo: Confirmação de patente de um oficial.
Signatário: Ignacio de Sa Sotto Mayor - Coronel

[[1820]]

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

[[30 Maio]]

[[12 -7- 41]]

No dia 25 do Corrente, Recebi oOfficio de-
 Vossa Excelencia de 24 deAbril, acompanhando aPatente
 e Requerimento do Capitam Manoel Joze Taborda, do
 Regimento de meu Comando. Detreminando-me
 5 Vossa Excelencia Informe eu, sobre este Official, que
 Pede aSua Magestade aComfirmação desua Paten
 te. O que passo a Informar a Vossa Excelencia he que este
 Official, desde que entrou a servir neste Regimento
 com Praça de Tenente, athe odia dehoje, setem
 10 com cervado no Serviço domesmo Regimento; ecom
 muito zello eatevidade, setem comportado no-
 Serviço de Sua Magestade e Rezide no Destricto de
 sua Companhia, em carregado no Comando damesma
 15 Deus guarde aVossa Excelencia muitos anos Quartel
 da Villa de Coritiba 30 de Maio de 1820

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor João Carllos Augusto de Oeynhausen

20

Ignacio de Sa Sotto mayor
Coronel

5.2.2 Os documentos Portugueses: uma breve contextualização

Os documentos portugueses selecionados para análise são oriundos de Lisboa e referem-se a assuntos relacionados a serviços públicos e políticos do século XIX.

A cidade de Lisboa, fundada há mais de três milênios, é uma das mais antigas cidades da Europa. Capital de Portugal, Lisboa, se destaca por sua posição estratégica na foz do Rio Tejo, um dos maiores rios da Península Ibérica.

No início do século XIX, Lisboa encontrava-se ainda em processo de reconstrução, devido a danos do Terremoto de 1755, que resultou a destruição quase completa da cidade. Desta forma, o início desse século foi marcado pela instabilidade política e econômica da sociedade lisboense.

O século XIX foi ainda cenário de outros acontecimentos históricos para o país, assim como para a cidade de Lisboa. Em 1807, acontece a primeira invasão das tropas francesas a Portugal, ameaçando a soberania do país. Durante este período, em busca de refúgio seguro, parte da nobreza portuguesa, assim como a família real, transferem-se para o Brasil, aumentando de maneira significativa a imigração portuguesa em terras brasileiras.

Desse modo, com o recorte cronológico dos manuscritos selecionados para esta pesquisa, pretende-se salientar características da língua apresentada no século XIX, fase de expansão da população e da língua portuguesa no Brasil.

Segue edição semidiplomática com reprodução justalinear, acompanhada do fac-símile de 07 manuscritos portugueses.

Senhor

DIZEM os Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios
 da Fazenda, que desde o momento em que V. A. R. fulgou conseruien-
 te Manda-la organizar pelo Decreto de 6 de Janeiro de 1801, tem
 sempre servido com zelo, assiduidade, e tal desinteresse, que até ao
 presente não tem cobrado o minimo emolumento das Cartas, não só
 por não encômo darem a V. A. R. com Esquecimentos para esse
 fim, mas também por serem mui poucas os Objectos da Fazenda
 sobre que possa Escalhir emolumentos: Animados porora agora pe-
 la Bondade com que V. A. R. tem por bem Conceder aos Offi-
 ciaes das outras Secretarias de Estado hum consideravel augmento
 na Tarifa dos que já tinham, e julgando-se os Sup.^{es} não menos dig-
 nos da Real Attencao, tanto pela importancia de seu Expediente,
 como por sua aptidão, e qualidades pessoais; supplicão a V. A. R.
 a Graça de Mandar, que alem do pouco que poderão levar pelo mes-
 mo Expediente em conformidade das outras Secretarias de Estado,
 venhão daqui por diante Equitar a esta os Alvarais de correr de to-
 dos os Contratos, Direitos e Rendas Reaes, e paguem nella os abre-
 matantes e Contratadores, sobre as Propinas que pagão para outras
 applicaçoes, mais a de mais por cento do preço annual da annua-
 tação, para se Equartir pelos Sup.^{es}, pois que podendo deste modo
 conservar a decencia que convem a seus honrosos Empregos, ficam
 elles todos satisfeitos com esta pequena Propina (que vem a ser
 a que igualmente recebe o Corretor da Real Fazenda) e V. A. R.
 com a gloria de os haver Beneficiado com o mais leve prejuizo
 de sua Real Fazenda, por tanto.

P. a V. A. R. se Digne Conceder-lhe a Gra-
 ça que humilde e Esqueitivamente supplicão

O Rei N. S.
 P. S.

Nº Doc: 01
Composição: fól. 1r
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: Requerimento dos oficiais da Secretária do Estado dos negócios da fazenda a Sua magestade solicitando permissão para cobrarem um emolumento sobre os alvarás de arrematação.
Localidade/Datação: Lisboa, 1802
Signatários:

Senhor

Dizem os Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, que desde o momento em que *Vossa Alteza Real* julgou conveniente Manda-la organizar pelo Decreto de 6 de Janeiro de 1801, tem sempre servido com o zelo, assiduidade, e tal desinteresse que até ao presente não tem cobrado o minimo emolumento das Partes, não só por não incomodarem a *Vossa Alteza Real* com requerimentos para esse fim, mas tambem por serem mui poucos os objectos de Fazenda sobre que possaõ recahir emolumentos: Animados porem agora pela Bondade com que *Vossa Alteza Real* Houve por bem conceder aos Officiaes das outras Secretarias de Estado hum consideravel augmento na Tarifa dos que já tinham, e julgando-se os *Supplicantes*² não menos dignos da Real Attenção, tanto pela importância de seu Expediente, como por sua aptidão, e qualidades pessoaes; supplicação a *Vossa Alteza Real* a Graça de Mandar, que alem do pouco que poderão levar pelo mesmo Expediente em conformidade das outras secretarias de Estado, senão daqui por diante Registrar a esta os alvarás de correr de todos os Contratos, Direitos e Rendas Reaes, e paguem nella os Arrematantes e Contratadores, sobre as Propinas que pagão para outras applicaçoes, mais a de meio por cento do preço annual da arrematação, para se repartir pelos *Supplicantes*, pois que podendo deste modo conservar a decencia que convem a seus honrosos Empregos ficão elles todos satisfeitos com esta pequena Propina (que vem a ser a que igualmente recebe o Coretor da Real Fazenda) e *Vossa Alteza Real* com a Gloria de os Haver Beneficiado sem o mais leve prejuízo, de sua Real fazenda; por tanto.

30 *Para a Vossa Alteza Real* se digne conceder-lhes a Graça que humilde e respeitosamente imploraos.

*Espera Real Merce*³

² Desenvolveu-se a abreviatura "Sup.es" de acordo com Megale (2001,p.124)

³ Desenvolve-se a abreviatura "E.Re. M" como "Espera Real Merce" de acordo com Acioli (1994, p. 46) e Megale (2001, p.125)

Senhor

Os Officiaes da Secretaria do Estado dos Negocios do Reino, instados mais pelos estímulos da sua honra, que tem procurado conservar sempre illibada, que pelos do seu interesse particular, tem a honra de representar a Vossa Magestade Real com o maior respeito o acatamento o seguinte.

Hevendo Vossa Magestade Real, por effectos da sua Real Magestade Munificencia regulado ulteriormente os seus emolumentos pelo Decreto de 7 de Outubro de 1805, no Artigo de Dispensas, Copia N. 1, e no subseqvente N. 2., conclue em ambos, especificando algumas das ditas dispensas, e outras de semelhante natureza.

Tendo Vossa Magestade Real Determinado outro sem pela Carta Regia de 30 de Agosto de 1809 no §. 5.º que por Portarias, ou Arroudo do Governo, expedidos no seu Real Nome, se mettem de posse e de us. effectivo exercicio as pessoas nomeadas, para os quaesquer Lugares, ou empregos, isto independente da representacao das suas Cartas, ou Alvaras, Copia N. 3, e sendo esta Graça occazionada pela demora que os

Nº Doc: 02
Composição: fól. 1r
Tipologia: Carta de representação
Assunto/resumo: Representação dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a Sua majestade pedindo que sua remuneração seja calculada tendo por base o decreto de 07/10/1805.
Localidade/Datação: Lisboa, 09 de agosto de 1811
Signatários: João da Silva Moreira Payzinho, Lourenço Jose da Motta Manso, Domingos Xavier de Andrade, Gaspar Feliciano de Moraes, Francisco Jose de Oliveira, Pedro Jorge Dimony, Feliciano de Oliveira, Filippe Carlos da Cunha Souto Mattos, Diogo José Jerominho, Joaquim dos Reys Amado.

Senhor

Os Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, instados mais pelos estímulos da sua honra, que tem procurado conservar sempre illibada, que pelos do seu interesse particular,

5 tem a honra de representar avossa Alteza Real com o mais respeitoso acatamento o seguinte.

Havendo Vossa Alteza Real, por efeitos da sua Regia Munificencia regulado ulterio-

10 rmente os seus Emolumentos pelo Decreto de 7 de Outubro de 1805, no Artigo de dispensas Copia N 1., e no subsequente, N2., conclue em ambos, especificando algumas das ditas Dispensas e outras de semelhante natureza.

15 Tendo Vossa Alteza Real determinado outro sim pela Carta Regia de 30 de Agosto de 1809 *numero* 5º que por Portarias ou Avizos do Governo, expedidos no seu Real Nome; se meterem de posse e desse efectivo exercicio às pessoas

20 nomeadas, paraquaesquer Lugares, ou Empregos, isto independente d'apresentação das suas Cartas, ou Alvarás, Copia N.3; e sendo esta Graça occasionada pela demora que os

os ditos Diplomas seria na Real Assig-
natura, humo Dispensa de Ley, que o contrario
determina, humo Dispensa a favor dos Gra-
ciados: vendo os Suppl.^{os} que nos Tribunales se
leva emolumento pela Provisoes, que em
consequencia das referidas Portarias ou Atos
se expediam, e que estas mesmas Provisoes sa-
tisfarias a imposicao do Sello, nao herita-
ram nem hum momento, unidos a inter-
pretacao da letra dos mesmos Artigos Copias
N.º 2, em exigir tambem algum emolumen-
to, pois q. das ditas Portarias e Atos se lhes
seguiu hum maior trabalho, e assim mes-
mo para prova de q. nao se misticionas, poden-
do unir-se ao Artigo N.º 1. de Dispensa de Ley,
pois q. isto interiramente o he, e q. segundo
as Reaes Ordens de vias per ce. 64400.
o incluiram no Artigo 2. de Dispensa de
preparatorios, recebendo so 34200.

Constando the agora que nos ditas
Real acaba de determinar que se nao
continue mais a receber este emolumento,
sendo esta decisao sumariamente proju-

Nº Doc: 02
Composição: fól. 1v
Tipologia: Carta de representação
Assunto/resumo: (continuação) Representação dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a Sua majestade pedindo que sua remuneração seja calculada tendo por base o decreto de 07/10/1805.
Localidade/Datação: Lisboa, 09 de agosto de 1811
Signatários: João da Silva Moreira Payzinho, Lourenço Jose da Motta Manso, Domingos Xavier de Andrade, Gaspar Feliciano de Moraes, Francisco Jose de Oliveira, Pedro Jorge Dimony, Feliciano de Oliveira, Filippe Carlos da Cunha Souto Mattos, Diogo José Jerominho, Joaquim dos Reys Amado.

os ditos Diplomas terião na Real Assignatura, huma Dispensa à Leÿ, que o contrario determina, huma dispensa a favor dos Gracidos: vendo os *Supplicants* que nos tribunaes se

5 leva emolumento pelas Provisoens, que em consequencia das referidas Portarias ou Avizos se expedião, e que estas mesmas provisoens satisfariaõ a imposição do Têllo; Não hesitaram nem hum momento, unidos à interpretação da letra dos mesmos Artigos Copias

10 N.1e2, em exigir tambem algum Emolumento, pois. *que* das ditas Portarias e Avisos se lhes seguia hum maior trabalho; e assim mesmo para prova de *que* não ambicionaõ, podendo unir-se ao Artigo Nº. 1. De Dispensas de Leÿ,

15 pois *que* isto inteiramente o he; e *que* segundo as Reaes Ordens deviaõ perceber 6\$400. o incluíram no Artigo 2 de Dispensa de preparatorios, recebendo só 3\$ 200.

20 Constando lhe agora que Vossa Alteza Real acaba de determinar que se não continue mais a receber este Emolumento; essendo esta decizaõ summamente preju-

25

dicial ao credito e oppiniao publica do
 Supp. e da Corporacao em geral, pois que re-
 ceberam de boafe por algum tempo, fir-
 mados em razoes bem fundamentadas,
 aquelle lincimento; podendo assim Publi-
 co parcial ou imparcial inspectores que os
 lincimentos q se recebem nas Secretarias
 d'Estado sao ummerso arbitrio dos Officiaes da
 mesma, e nao Determinados por Vossa
 Altera Real. De tanto



De Vossa Altera Real, que to-
 mando na sua Real Consideracao
 quanto os Supp. espreem hoje de
 Determinar o que for servido, repe-
 tendo os Supp. com o maior respeito
 a Vossa Altera Real que o unico mo-
 vel desta Representacao nao he
 o pequeno lincimento q lhe pro-
 vem, mas sim a conservacao do seu
 Credito q todo o vassallo Portuguez
 honra e, mais principalmente
 constituido em Empreza Publica

Nº Doc: 02
Composição: fól. 2r
Tipologia: Carta de representação
Assunto/resumo: (continuação) Representação dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a Sua majestade pedindo que sua remuneração seja calculada tendo por base o decreto de 07/10/1805.
Localidade/Datação: Lisboa, 09 de agosto de 1811
Signatários: João da Silva Moreira Payzinho, Lourenço Jose da Motta Manso, Domingos Xavier de Andrade, Gaspar Feliciano de Moraes, Francisco Jose de Oliveira, Pedro Jorge Dimony, Feliciano de Oliveira, Filippe Carlos da Cunha Souto Mattos, Diogo José Jerominho, Victorino Antonio Machado, Joaquim dos Reys Amado.

dicial ao credito e oppinião publica dos
Supplicantes e da Corporação em geral, pois que re-
ceberam de boa fé por algum tempo, fir-
mados em razoens bem fundamentadas,
5 aquelle Emolumento; podendo assim Publi-
co parcial ou imparcial suspeitar que os
Emolumentos *que* se recebem nas Secretarias
d' Estado saõ a mero arbitrio dos officiaes das
mesmas, e naõ Determinados por Vossa
10 Alteza Real. Portanto

Para a Vossa Alteza Real, que, so-
mando na Sua Regia Consideraçãõ
15 quanto os *Supplicantes* expoem haja de
Determinar o que for servido, repe-
tindo os *Supplicantes* com o maior respeito
a Vossa Alteza Real que o unico mo-
20 vel desta Representação não he
o pequeno Emolumento *que* lhes pro-
vem, mas sim a conservaçaõ do seu
credito *que* todo o vassalo Portugues
honrado, mui principalmente
25 constituido em Emprego Publico

Cop.

deve proaver manter.

CRM^{co}

José da Silva Moreira Guzmanho.

Luiz de Sá José da Motta Mourão.

Domingos Xavier de Andrade.

Guilherme Feliciano de Moraes.

Francisco José de Oliveira.

Pedro Jorge Dimony.

Feliciano de Oliveira.

Filipe Carlos da Cunha e Sousa Mattos.

Diogo José Susmão.

Antônio Antônio Machado.

Jaquim dos Reis Amado.

Nº Doc: 02
Composição: fól. 2 v
Tipologia: Carta de representação
Assunto/resumo: (continuação) Representação dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a Sua majestade pedindo que sua remuneração seja calculada tendo por base o decreto de 07/10/1805.
Localidade/Datação: Lisboa, 09 de agosto de 1811
Signatários: João da Silva Moreira Payzinho, Lourenço Jose da Motta Manso, Domingos Xavier de Andrade, Gaspar Feliciano de Moraes, Francisco Jose de Oliveira, Pedro Jorge Dimony, Feliciano de Oliveira, Filippe Carlos da Cunha Souto Mattos, Diogo José Jeromêno, Victorino Antonio Machado, Joaquim dos Reys Amado.

deve procurar manter.

Espera Real Merce

5

João da Silva Moreira Payzinho.

Lourenço Jose da Motta Manso.

Domingos Xavier de Andrade.

10 Gaspar Feliciano de Moraes.

Francisco Jose de Oliveira.

Pedro Jorge Dimony

Feliciano de Oliveira

Filippe Carlos da Cunha Souto Mattos

15 Diogo José Jeromêno.

Victorino Antonio Machado

Joaquim dos Reys Amado.

20

Copias

N. 1.

(S) dispensa para profensas fora das Casas dos
 pitulares; de habilitações para officios; de exa-
 me; para jurar por procurador; para nomear
 serventelarios, ou ajudantes; Patria Communi;
 para se manter na posse de Bens de Oroad;
 para administrar Comendas antes de se
 encerrar; Confirmação de Contador, nomea-
 ção de Tutor ou Curador; para estar como the-
 pascer; Dispensa de Noviciado para Freres,
 ou Comendadores; para subrogar bens vinculados;
 hipotecados, a foral, &c. Dispensa de Residencia
 a Ministros, Licenças os mesmos para Caran &
 outras de semelhante natureza. 644.

N. 2.



Dispensa para seculares educandos se con-
 varem sustentarem em Conventos ou salarem
 delles ou terem Creche; Dispensa de algum
 preparatorio para a matricula na Univer-
 sidade; de Certidão de Baptismo; Colhoas cor-
 ridas; falta de qualificação de papéis de Ultra-
 mar; Licenças para Colações; para Ministros
 estarem fora dos seus Lugares, e outras de
 semelhante natureza. 34200

N. 3

Nº Doc: 02
Composição: fól. 3r
Tipologia: Carta de representação
Assunto/resumo: (continuação- Anexos) Representação dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a Sua majestade pedindo que sua remuneração seja calculada tendo por base o decreto de 07/10/1805.
Localidade/Datação: Lisboa, 09 de agosto de 1811
Signatários:

Copias

N.1.

Dispensa para professor fora das Cazas Capitulares; de habilitações para Officios; de exame; para jurar por procurador; para nomear serventuario, ou Ajudante; Patria Commum; para se manter na posse de Bens de Coroa; para administrar Comendas antes de se encartar; Confirmação de Contratos; nomeação de tutor ou Curador; para atestar como lhe parecer; Dispensa de Noviciado para Freires, ou Comendadores; para subrogar bens vinculados; hipotecalos, aforalos, A. Dispensa de residência a Ministros, Licença aos mesmos para casamento e outras de semelhante natureza. 6 \$400

15

N. 2

Dispensa para seculares Educandos se conservarem ou entrarem em Conventos ou sahirem delles ou terem Creada; Dispensa de algum preparatorio para a matricula na Universidade; de Certidão de Baptismo; Folha corrida; falta de qualificação de papeis de Ultramar; Licenças para Collaçoes; para Ministros estarem fora dos seus lugares, e outras de semelhante natureza. 3\$200

30

N. 3

N.º 3.

Quinto = " Que chegando 'as Comarçãs, Moços
 as Minhas Reaes Resoluções de todos os negócios,
 cujos Titulos dependam da Minha Real
 Assignatura, como Cartas ou Alvarás; para
 que se não retarde o expediente; mandaris
 logo executalos; mettendo de posse e dando
 effectivo exercicio as pessoas nomeadas, para
 qualquer Lugares ou Empregos por Avios ou
 Cartarias, Comarçãs, expedidos de Otralem Minha,
 ou que tambem se praticaria em a presentia
 cas dos Beneficio Ecclesiasticos; assignando se
 tempo razoavel e conveniente a todos, para
 a presentarem as suas Cartas ou Alvarás
 por elles assignados.

Nº Doc: 02
Composição: fól. 3v
Tipologia: Carta de representação
Assunto/resumo: (continuação- Anexos) Representação dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a Sua majestade pedindo que sua remuneração seja calculada tendo por base o decreto de 07/10/1805.
Localidade/Datação: Lisboa, 09 de agosto de 1811
Signatários:

N.3

Quinto =, Que chegando as Vossas mãos
 as Minhas Reaes Resoluçoens de todos os negocios,
 cujos títulos dependam da Minha Real
 Assignatura, como Cartas ou Alvarás; para
 5 que se não retarde o expediente; mandareis
 logo executalas; mettendo de posse e dando
 effectivo exercicio as pessoas nomeadas, para
 quaesquer lugares ou Empregos por Avisos ou
 Portarias, vossas expedidas de Ordem Minha;
 10 ou que tambem se praticará na apresenta-
 ção dos Beneficios Ecclesiasticos assignando-se
 tempo coroadado e conveniente atodos, para
 apresentarem as suas Cartas ou Alvarás
 por mim assignados.
 15

Nº Doc: 02
Composição: fól. 4r
Tipologia: Carta de representação
Assunto/resumo: (continuação- Anexos) Representação dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a Sua majestade pedindo que sua remuneração seja calculada tendo por base o decreto de 07/10/1805.
Localidade/Datação: Lisboa, 09 de agosto de 1811
Signatários: João da Silva Moreira Payzinho, Lourenço Jose da Motta Manso, Domingos Xavier de Andrade, Gaspar Feliciano de Moraes, Francisco José de Oliveira, Feliciano de Oliveira, Pedro Jorge Dimerny, Filippe Carlos da Cunha Souto Mattos, Joaquim dos Reys Amado, Diogo José Jeromêho.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

Os Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno abaixo assignados, tendo que levar á Real Prezença de *Vossa Alteza Real* essa sua representação, toda fundada na justiça da sua Cauza, e ainda mais nos desejos da conservação da Sua boa opinião Publica, que do seu particular interesse; a que senão a deveriam com mais razão dirigir para a proteger, do que a *Vossa Excelencia*, a quem com justo titulo reputam ha muito por seu Chefe, e de-
5 baixo de cujas ordens desejariam ter a fortuna de já servir?
10 Para não molestarmos mais a *Vossa Excelencia*, roubar-lhe o precioso tempo, que *Vossa Excelencia* tão sabia e utilmente emprega, nós repetimos aqui o mesmo que representamos na nossa supplica. Queira *Vossa Excelencia*
15 levalla á Real Prezença do nosso Augusto, e adorado Principe, e Senhor, e protegello como costuma fazer a todas as que, como esta, se fundam tanto na Justiça, e na Razaõ.
20 Deos Guarde a *Vossa Excelencia* muitos annos. Lisboa em 09 de Agosto de 1811.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde de Aguiãõ.

25

De *Vossa Excelencia*
Muito obedientes Subditos officiaes criados.

30 João da Silva Moreira Payzinho.
Lourenço Jose da Motta Manso.
Domingos Xavier de Andrade.
Gaspar Feliciano de Moraes.
Francisco José de Oliveira.

Valenciano de Oliveira

Pedro Jorge Dimony

Filipe Carlos da Cunha de Mattos

Joaquim do Rego Amado

Victorino Antonio de Almeida

Diogo José Lourenço

Nº Doc: 02
Composição: fól. 4v
Tipologia: Carta de representação
Assunto/resumo: (continuação- Anexos) Representação dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a Sua majestade pedindo que sua remuneração seja calculada tendo por base o decreto de 07/10/1805.
Localidade/Datação: Lisboa, 09 de agosto de 1811
Signatários: João da Silva Moreira Payzinho, Lourenço Jose da Motta Manso, Domingos Xavier de Andrade, Gaspar Feliciano de Moraes, Francisco José de Oliveira, Feliciano de Oliveira, Pedro Jorge Dimerny, Filippe Carlos da Cunha Souto Mattos, Joaquim dos Reys Amado, Victorino Antonio Machado, Diogo José Jeromêho.

Feliciano de Oliveira

Pedro Jorge Dimerny

Filippe Carlos da Cunha Souto Mattos

Joaquim dos Reys Amado.

5 Victorino Antonio Machado.

Diogo José Jeromêho.

Seção

Dizeem os quatro Capitães do Alcaid do Porto da
 Alameda G.º. da Cidade de Lisboa, e os mais Honrosos
 Trabalhadores da m.ª Comp.ª q. sendo da constante Jurisdição
 de N. Mag.ª e Beneficis dos seus Jfcs. Vassallos, os Supp.ªs se
 achão tão opinados q. não podem deixar de recorrer a
 N. Mag.ª p.ª da dita providencia q. houve os Supp.ªs da Comp.
 vao em q. se achão, a qual consista em q. havendo lon-
 tiguam.ª quatro Comp.ªs separadas, cada humo com seu Ca-
 pitão, Jfcs. N. Mag.ª elevando p.ª vintão o projuizo da dita
 Real Comp.ª, e o particular das Partes Mandar q. as d.ªs
 quatro Comp.ªs se reduziam a humo unica, ficando pa-
 ram Conservados os quatro Capitães, em virtude do q. se
 passou pela Real Junta do Commercio e Prov.ª constante
 do 1.º Decree.º jurto. Succeda porão q. depois de
 se terem reunido as quatro Comp.ªs em humo unica se
 expedia pelo m.º Tribunal a seg.ª Real Junta pela
 qual se manda levantar todos os Annos ao Caffé da
 Policia os vençim.ªs de quatro Trabalhadores q. se manda-
 rão Supp.ªr. Este encargo he m.º oneroso, e prejudi-
 cial a os Supp.ªs, por q. este q.º tem q. trabalhar de hum
 hum encargo tão visível q. m.º della tem Condição e depen-
 deo por Consig.ª com o seu Cavalleiro, e com os Honros.

Nº Doc: 03
Composição: fól. 1r
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: Requerimento dos capatazes da Alfândega Grande de Lisboa a Sua Majestade pedindo a equiparação de seus ordenados com os dos capatazes das companhias particulares.
Localidade/Datação: Lisboa, 25 de maio de 1818
Signatários: Antonio Vieira Pinto, Antonio da Silva, Jose Antonio da Silva, Jose Vicente Cardozo.

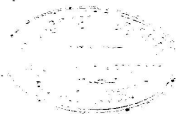
Senhor

Dizem os quatro capatazes do Assucar do Pateo da Alfandega Grande da cidade de Lisboa, e os mais homens trabalhadores da mesma Companhia que sendo da Constante Intenção de Vossa Magestade o beneficio dos seus fieis VaSsallos, os Supplicantes se achão taõ oprimidos que não podem deichar de Recorrer a Vossa Magestade para lhe dar providencia que livre os Supplicantes da oppressão em que se achão, a qual consiste em que havendo antiguamente, quatro Companhias separadas, cada huma com seu Capataz, foi Vossa Magestade servido para evitar o prejuízo da sua Real Fazenda, e o particular das Partes Mandar que as ditas quatro Companhias se reduziSem a huma unica, ficando porem Conservados os quatro Capatazes, em virtude do que se paSsase pela Real Junta do Commercio a Provisão constante do dito documento junto. Sucede porem que depois de se terem reunido as quatro Companhias em huma unica se expedio pelo mesmo Tribunal a segunda Provisão junta pela qual se manda Remeter todos os annos ao Cofre da Policia os vencimentos de quatro trabalhadores que semanda-raõ suprimir. Este encargo he muito onerozo, e prejudicial a os Supplicantes por que estes quando tem que trabalhar sofrem hum excesso taõ violento que muitos delles tem rendido , edespen dem por consequencia com o seu Curativo, e com os Homens

Nº Doc: 03
Composição: fól. 1v
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: (continuação)Requerimento dos capatazes da Alfândega Grande de Lisboa a Sua Majestade pedindo a equiparação de seus ordenados com os dos capatazes das companhias particulares.
Localidade/Datação: Lisboa, 25 de maio de 1818
Signatários: Antonio Vieira Pinto, Antonio da Silva, Jose Antonio da Silva, Jose Vicente Cardozo.

que vão tratar delles, e ainda *quando* se Curem, sempre
 ficam menos habéis *para* o trabalho. E *quando* succede não
 terem *que* trabalhar na *Companhia*, como a contece *muitas* vezes pela
 estagnação e falta geral do Comercio, não ganhão os *Supplicants*
 5 nem a inda *para* o seu alimento. Nesta opressão: Re-
 correm a *Vossa Magestade para* que se digne de mandar Moderar
 a dita impozição, ordenando *que* a *companhia* dos *Supplicants* pague
 cada anno à Policia huma quantia certa, porem porporciona
 da a os seus piquenos *Vencimentos*, a exemplo da *Companhia* da
 10 Palha que tendo nove *Capatazes*, *somente* paga a Contribuição
 Relativa a hum trabalhador, o *que* tambem succede nas ou
 tras *Companhias* *que* tendo *muitos* *Capatazes*, ou pagão o que Respeita
 somente a hum trabalhador ou pagão por ajuste particular.
 A *Companhia* dos *Supplicants* suposto foSse em outro tempo
 15 devidida em quatro, se acha hoje reduzida em huma
somente, e parece de razão que ella não seja mais onerada
 do que as outras *Companhias* *porque* alem denão ser mais
 rendoza, o seu trabalho he taõ violento *que* tem feito
 inutilizar a *muitos* dos seus trabalhadores enão há Razaõ
 20 alguma *para* serem os *Supplicants* gravados com ovencimento
 de quatro Homens, sendo huma só unica *Companhia*.

Comp. e q' estão nas md. Circunstancias de Melhor amo.
aguid. e se está praticando com as mais Comp. Portanto
prostrados os Chyp. a o Regio Themas implorados e



Antonio Viana Pinto
Antonio da Silva
Jose Antonio de Silva
Jose Vicente Cardoso

Real e Quarentas quintos de
Requeriment. 15 de Maio de 1818.
Ez. Maria de ...

D. a N. Mag. se digna pela
sua veneranda Beneficencia pa-
cer á Junta de Comercio a os Chyp.
de deferir a aguid. e padron. Man-
dando q' a d. Contratacao ve
paguê pelos poucos excoim. dos
Chyp. ou por hum ajuste e con-
vencao particular proporcionada
as Circunstancias dos Chyp. a ex-
plo das outras Comp. q' estão pa-
gando por ajuste particular, mas
como estão pagando, e mostrando pelo
ultimo recibo junto

Handwritten signature or initials.

Nº Doc: 03
Composição: fól. 2r
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: (continuação) Requerimento dos capatazes da Alfândega Grande de Lisboa a Sua Majestade pedindo a equiparação de seus ordenados com os dos capatazes das companhias particulares.
Localidade/Datação: Lisboa, 25 de maio de 1818
Signatários: Antonio Vieira Pinto, Antonio da Silva, Jose Antonio da Silva, Jose Vicente Cardozo.

Companhia, e *que* estão nas mesmas Circunstancias de merecer amesma equidade que se está praticando com as mais Companhias. Portanto prostrados os *Supplicantes* a o Regio Throno implorão e

5

10

15

20

Para a Vossa Magestade se Digne pela sua soberana Benificencia fazer a Graça de Conceder aos *Supplicantes* de definir a equipariedade *que* pedem, Mandando que a *Vossa Contribuição* se regule pelos poucos vencimentos dos *Supplicantes*, ou por hum ajuste, e convenção particular porporcionada as circunstancias dos *Supplicantes* a exemplo das outras companhias que estão pagando por ajuste particular e não como estão pagando, e mostraõ pelo ultimo recibo junto

25

Antonio Vieira Pinto
Antonio da Silva
Jose Antonio da Silva
Jose Vicente Cardozo

30

[Recebi o Documento junto]
 [Requerimento 25 de Maio de 1818]
 [ilegível]

Espera Real Merce

Ja foyas de foyas de Lousa N.º 596

Senhor

Dixem os Lavradores de Ribas Tejo, que havendo dous annos, que puzeram na Real Presença do Vossa Magestade hum Requerimento, queixando-se das Violencias q' lhe fazião os Capatazes da Companhia da fructa, com a alteração do preço do Do reis, que pretendião lhe pagarem de frete de cada hua Canastra, sendo a Tabella estabelecida do Do reis, pelo augmento que há poucos annos se lhe tinha feito. Foi do Vossa Magestade de Servido, Mandar baixar o seu requerim. ao Senado da Camara para Consultar, a onde os Sup.^{tes} provarão legalm.^{te} a verdade alegada no seu requerim.^{to}, perante o Conservador da Cid.^{de}, a onde mostrarão quaes erao os interesses dos Capatazes, e a onde se estendião com a sua ambicão no pretendido augmento; e Sobindo tudo na m.^a Consulta á Real Presença, foi do Vossa Magestade de Servido, á vista de tao attendivos Documentos e dos Votos Separados na m.^a Consulta, e zolver com a Regia Portaria inclusa: E como de novo baixasse ao mesmo Senado o Aviso de 9 de Mayo proximo passado, p.^o tornar a Consultar; cuja Consulta Subiu no dia

Nº Doc: 04
Composição: fól. 1r
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: Requerimento dos lavradores do Riba Tejo a Sua Magestade pedindo que baixe o preço do frete da arca de frutas, estabelecido através de portaria régia.
Localidade/Datação: Lisboa, 24 de maio de 1819
Signatários: : Francisco José Pinto, Narcizo Francisco

[[N3]]

[[Ja foraõ deferidos Carta *numero* 596]]

Senhor

Dizem os Lavradores de Riba Tejo, que
 havendo dous annos, que pozerão na Real Pre
 zença de VoSsa Magestade hum Requerimento,
 queixando-se das violências que lhe fazião os Ca-
 5 patazes da Companhia da fructa, com a alte-
 ração do preço de 40 reis, que pretendiaõ lhe
 pagaSsem de frete de cada hua Canastra, sen-
 do a Tabella estabelecida de 20 reis, pelo augmento,
 quehá poucos annos se lhe tinha feito: Foi
 10 VoSsa Magestade Servido, mandar baixar
 o seu requerimento ao Senado da Camara para
 Consultar aonde os *Suplicantes* provarão legalmente
 a verdade alegada no seu requerimento, peran-
 15 te o Conservador da Cidade , aonde mostrarão
 quaes erão os intereSses dos Capatazes, e a
 onde se estendião com a sua ambição no
 pertendido augmento; e sobindo tudo na mesma
 Consulta, à Real Prezença, foi VoSsa Magestade
 20 Servido à vista de tão attendivais Documentos,
 e dos votos Separados na mesma Consulta, re-
 zolver com a Regia Portaria incluza: E co-
 mo de novo baixaSse ao mesmo Senado o
 Avizo de 7 de Mayo proximo paSsado, *para*
 25 tornar a Consultar; cuja Consulta Subio no dia.

P em termo Mesa de Mejo ^{U. mo Ca. S. Pedro}
de 1719

A. P. M. de J. M. de J.

Francisco de Paula ^{N. Francisco de Paula}

Dizem os Salvadores de Liba Sijo q
para bem de sua pratica se ha de fazer
q se ha de fazer por certidao aduana portaria
q baixou esta Ca. Mesa em Gerulhas
de consulta sobre o requerimento dos seus
pp. contra os legatarios da Comp. de fronte
Como sem se pode fazer sem despacho pp.
iso //

D. a Amorim
Faria

P. V. Ca. Sijo
Curido mandar fazer
aditta Certidao ne forma
requerida //

N. Secretaria de Sena. C. P. M.

Nº Doc: 04
Composição: fól. 1v
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: (continuação) Requerimento dos lavradores do Riba Tejo a Sua Majestade pedindo que baixe o preço do frete da arca de frutas, estabelecido através de portaria régia.
Localidade/Datação: Lisboa, 24 de maio de 1819
Signatários: Francisco José Pinto, Narcizo Francisco

Illustrissimo Excelentissimo Senhor

Por em termos Mes a 24 de Maijo
de 1819

5 [ilegível] [ilegível] [ilegível] [ilegível]

Francisco José Pinto Narcizo Francisco [ilegível]

10

Dizem os lavradores de Riba Tejo *que*
para bem de Sua justiça se lhes faz percizo
que se lhe peça pos-certidão a Regia portaria
15 *que* baixou aesta *Excelentissima* Meza, em resulsão
da Consulta sobre o Requerimento dos Su-
pplicantes contra os Capatazes da *Companhia* da fruta
e como senão pode pagar sem despacho *para*
iSo.

20

D. a Amorim

25 Faria

30 *Para a Vossa Excelencia* Seja
Cervido mandar peSar
a ditta certidaõ naforma
Requerida//

35

Na secretaria de Senado *Espera Real Merce*

Senhor.

P. D. em 2 de Junho de 1849.

Direm os Mezaes da Real Irmandade
 do Bem. Jesus, e Santissimo Sacramento em perpetuo
 Cita no Real Convento de S. Domingos da Cidade de
 Lisboa de que V. Mag. he Juiz Proprietario, e Protector:
 assim como V. Gra. os Senhores Meys. Antecessores
 a V. Mag. e Comita do documento junto em que mandamos
 cutar em diversos Senhores Meys. abutrados com o lha
 nomes diversos Livros escriptos. Razão: porque
 os ditos Mezaes temetum hum novo Livro para a
 V. Mag. e dos os mais Senhores de fazerem a mesma
 Gra. de se alitram. Pedindo a V. Mag. que
 ira mandar: Reficiar o documento segundo, q. o dit.
 Me. D. J. de se habita memoria fez a dita Real Irmandade
 a mesma Meza Supplicar a V. Mag. de
 mande a cutar os dize Livros que temetum poder
 prouto de mesmo Senhor Sacramento em perpetuo
 para o que.

Frei Joaquin de Oliveira
 Procurador da Meza

P. a V. Mag. de mande conceder o que
 impetora para poderem Continuar
 no culto de mesmo Senhor Sacramento de

E. R. M.^{co}

Nº Doc: 05
Composição: fól. 1v
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: Requerimento dos mesários da Real Irmandade do Bom Jesus e Santíssimo Sacramento a Sua Majestade solicitando a ratificação de uma benesse concedida pelo rei D. José e enviando um presente.
Localidade/Datação: Lisboa, 02 de junho de 1819
Signatários: José Joaquim de Oliveira

Senhor

P. D. em 2 de junho de 1819.

Dizem os Mezaros da Real Irmandade do Bom Jesus, e Santissimo Sacramento emperpetuo Cita no Real convento de São Domingos da cidade de Lisboa deque *Vossa Magestade* he Juiz prepetuo, e Protector
5 aSsim como oforão os Senhores Reys antecessores a *Vossa Magestade* e Consta do documento junto em que menciona o estarem os mesmos Senhores Reys alistrados com os reais nomes nomesmo livros escriptos. Rezaõ; porque
10 os dittos Mezaros remetem hum novo livro para *Vossa Magestade* e todos os mais Senhores lhe fazerem amesma Graça desealistrarem. Pedindo a *Vossa Magestade* lhe queira mandar. reteficar o documento segundo que o Senhor Rey *Dom José de Saudoza* memoria fez a esta Real Irmandade
15 a Mesma Meza Supplica a *Vossa Magestade* lhe mande aSseitar os onze Livrinhos que remetem por ser prenda domesmo Senhor Sacramentado em perpetuo para o que.

20 Para a *Vossa Magestade* lhe mande conseder oque inplorão para poderem continuár no culto domesmo Senhor Sacramentado.

Espera Real Merce

25 José Joaquim de Oliveira
Procurador da Meza.

30

Ilmo e Exmo Senhor

O Contracto do Tabaco foi firmado por nós arrematado em 20. de Dec. p.^o, pelo preço de 1.354. Centos, sendo obrigados a levar a este enorme preço p.^o salvamos a nossa honra. Do papel incluzo fava V. Ex.^o háta fraca ideia do q se passou sobre este particular, em q nós nos vimos obrigados a lutar contra a pouca potencia, empregando todo o vigor, e energia, e comprometendo nos aos maiores Sacrificios. Pelo preço em q o Contracto ficou, não podemos esperar senão prejuizo igual ao do actual Exerc.^o, por que o abatim.^o de 90. Centos, he insuportavel p.^o esta Mapa, e p.^o isso se V. Ex.^o dá presta o petitorio incluzo, acham q temos direito p.^o requerer a S. Mage.^{de}, V. Ex.^o venha a bondade de dirigir o nobre Procurador, p.^o s

Nº Doc: 06
Composição: fol. 1r
Tipologia: Carta
Assunto/resumo: Carta ao Monsenhor Miranda informando a arrematação do novo contrato do Tabaco.
Localidade/Datação: Lisboa, 14 de janeiro de 1820
Signatários: Francisco Antônio de Campos, José Ferreira Pinto

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

O contracto do Tabaco foi finalmente por nós arrematado em 20 de Dezembro passado, pelo preço de 1.351. Contos, sendo obrigados a leva-lo a este enorme preço para salvarmos a noSsa honra.

- 5 Do papel incluzo fará Vossa Excelência huã fraca ideia do *que* se paSsou sobre este particular, em a nós nos vimos obrigados a luctar contra a prosperencia, empregando todo o vigor, e energia, e compromettendo-nos aos maiores Sacrificios.
- 10 Pelo preço em *que* o Contracto ficou, não podemos esperar senão prejuizos iguaes ao do actual Tri-enio que o abatimento de 90 Contos he insignificante para esta MaSsa, e por iSso se Vossa Excelencia á vista ao relatorio incluzo, achar *que* temos direito
- 15 para requerer a Sua Magestade, Vossa Excelencia terá a bondade de derigir o noSso Procurador , pois

hi m.^o occupado p.^o a promptidão q^e se exige, e
 não tem a severid.^e necessaria p.^o se fazer pres-
 peitado dos Contrabandistas, por que elle mesmo
 confessa q^e o seu genio não hi p.^o sem.^o Emprego.

Esperamos de V. Ex.^{cia} mais esta prova de
 interese q^e toma pelo Contracto, e nós, o pre-
 fecturámos p.^o hum dos maiores Servicos que
 V. Ex.^{cia} lhe pode fazer.

Deos G.^{do} a V. Ex.^{cia} m.^o a.^o Ly.^a 14 de Ja-
 neiro de 1820.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Monsenhor Miranda

De V.^a Ex.^a

Vener.^{do} e Ex.^{to}

~~João Antonio de Camargo~~ ~~Porto de Paulo M.^o~~

Nº Doc: 06
Composição: fól. 1v
Tipologia: Carta
Assunto/resumo: (continuação) Carta ao Monsenhor Miranda informando a arrematação do novo contrato do Tabaco.
Localidade/Datação: Lisboa, 14 de janeiro de 1820
Signatários: Francisco Antônio de Campos, José Ferreira Pinto

hé *muito* occupado *para* a promptidão *que* se exige, e não tem a severidade neceSsaria *para* se fazer respeitado dos Contrabandistas, por que elle mesmo confeSsa *que* o seu genio não hé *para semelhantes* Empregos.

5 Esperamos de *Vossa Excelencia* mais esta prova de intereSse que toma pelo Contracto, e nós, o reputarêmos *por* hum dos maiores *Servicos* que *Vossa Excelencia* lhe pode fazer.
 10 Deos *Guarde a Vossa Excelencia muitos annos* Lisboa, 14 de Janeiro de 1820.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

15 Monsenhor Miranda
 De *Vossa Excelencia*
Veneradores e Criados

20 Francisco Antonio de Campos José Ferreira Pinto [ilegível]

Antes.

C. D. em 3 de Maio de 1820.

Dizem os Contractadores do Contracto
 Geral do Tabaco, que tendo merecido a C. Mag. a Graça
 de lhes conceder hum Conservador particular em Lisboa,
 Nomeando para este Emprego o Dev. Jozé Antonio da Silva
 Peixora, com Ordenado pago á custa dos Supp.^{es}, tem este Mi-
 nistro desempenhado tão dignamente a referida Com-
 missão, que a Junta o Nomeou para Serer de Conservador
 Geral em lugar do Proprietario, o Dev. Jozé Ribeiro Saraiva,
 que se achá auctente. E por que o referido Ministro pela
 sua acclardade tem procurado fazer cessar a introdução de
 Contrabando, evitando a Ruína e Decadencia do Contracto,
 que alias experimentaria huma grande diminuição no
 seu rendimento, pretendem os Supp.^{es} que C. Mag. se
 de Digne de promover o actual Conservador Jozé Ribeiro
 Saraiva, a hum Lugar de Dipulante da Junta Nomeando
 para o referido Emprego de Conservador Geral ao Dev.^{es}
 Jozé Antonio da Silva Peixora, sendo o seu Ordenado
 pago pelos Supp.^{es}, para não ser Oneroso ao Estado a
 Graça que supplicão, e que esperão merecer da Real
 Munificencia de C. Mag., para possirem sustentar o
 Contracto no estado a que o tem elevado os seus esforços;
 pelo que ~

Sal. Magistade
 e Digne de fazer-lhes a
 dita Graça,

F. M.

Francisco Antonio de Sampaio Compadre Conservador Geral do Tabaco

Nº Doc: 07
Composição: fól.1r
Tipologia: Requerimento
Assunto/resumo: Requerimento em nome dos contratadores do tabaco a Sua Majestade pedindo a promoção do atual conservador geral do tabaco, José Ribeiro Saraiva, ao cargo de deputado da junta, e para o lugar deste indique José Antônio da Silva Pedrosa, atualmente conservador particular do tabaco em Lisboa.
Localidade/Datação: Lisboa, 08 de maio de 1820
Signatários: Francisco Antônio de Campos, José Ferreira Pinto

Senhor.

P. D. em 8 de maio De 1820.

Dizem os Contractadores do Contracto
 Geral do Tabaco, que tendo merecido a Vossa Magestade a Graça
 de lhes conceder hum conservador particular em Lisboa,
 Nomeando para este emprego o *Dezembargador* José Antonio da Silva
 5 Pedroza, com Ordenado pago à custa dos *Supplicantes*, tem este Mi-
 nistro desempenhado taõ dignamente a referida com-
 miSsaõ, que a Junta o nomeou para servir de Conservador
 Geral em lugar do proprietario, o *Dezembargador* José Ribeiro Saraiva,
 que se acha auzente : Epor que o referido Ministro pela
 10 sua actividade tem procurado fazer ceSsar a introdução do
 Contrabando, evitando a ruina e decadencia do Contracto,
 que aliás experimentaria huma grande deminuição no
 seu rendimento, pretendem os *Supplicantes* que Vossa Magestade
 se digne de promover o actual Conservador José Ribeiro
 15 Saraiva, a hum Lugar de Deputado da Junta, nomeando
 para o referido Emprego de Conservador Geral ao *Dezembargador*
 José Antonio da Silva Pedroza, sendo oseu ordenado
 pago pelos *Supplicantes*, para não ser oneroza ao Estado a
 Graça quesupplicação, e que esperaõ merecer da Real
 20 Munificencia de Vossa Magestade, para podêrem sustentar o
 contracto no estado aque o tem elevado os seus esforços;
 pelo que.

25 *Para a Vossa Magestade*
Se Digne de Fazer-lhes a
dita Graça,

Espera Real Merce

30 Francisco Antonio de Campos José Ferreira Pinto [ilegível]

6 ANÁLISE DOS DADOS

Pretende-se, com esta análise, observar a língua escrita nos dois contextos, paranaense e português do século XIX, com o intuito de verificar as semelhanças em relação às características de escrita nos aspectos fonéticos, sintáticos e morfológicos. Ressalta-se que foram analisados fatos linguísticos distantes da norma, portanto, a análise se fundamentou no modelo de norma padrão atual, não considerando características ortográficas próprias da época, já que este não é o objetivo da pesquisa.

Com um estudo comparativo entre os dois *corpora*, pretende-se verificar a semelhança entre a escrita paranaense e portuguesa, a fim de reforçar a hipótese internalista, ou seja, a idéia da deriva da língua portuguesa no Brasil, assim como evidenciar uma possível influência do português europeu do século XIX na língua praticada no Brasil.

6.1 ESTUDO COMPARATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESCRITA DO SÉCULO XIX EM MANUSCRITOS PARANAENSES E PORTUGUESES

•Fatos fonéticos com repercussão na escrita

Alçamento	
Documentos paranaenses	Documentos portugueses
<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 01 fól. 1v, l.13/14 – veriador • Doc. 02 fól. 1r, l. 02 – incontra • Doc. 02 fól. 1r, l. 06 – dispoim • Doc. 02 fól. 1r, l.17 – conviniente • Doc. 04 fól. 1r, l. 08 – inviamos • Doc. 06 fól. 1v, l. 08 – incontro • Doc. 03 fól. 1r, l. 01 – subeja 	<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 2 fól. 1r, l. 14 / Doc. 2 fól. 3r, l.13-28 – semelhantes • Doc. 2 fól. 1v, l. 06 – refiridas • Doc. 3 fól. 1v, l. 09 – piquenos

A neutralização de vogais *e* e *i*, também considerado fenômeno de alçamento, caracteriza-se pela elevação do traço de altura das vogais médias altas e

e o que se realizam com as vogais altas *i* e *u*, fato considerado natural no *dialeto caipira*, ou seja, no português brasileiro, por Amaral (1920, p. 49).

Boléo (1943) já afirmava ser comum em alguns falares do português europeu a mudança de *e* final átono em *i*: “Em aldeias da Beira baixa tive ocasião de ouvir a pessoas de várias idades frases como: vou a fônti – logo a nôiti – deu-lhe êsti mali” (BOLÉO, 1943, p. 23)

Embora se tenha encontrado casos de neutralização comuns tanto ao Brasil como a Portugal, a escrita analisada apresenta também fatos contrários à neutralização em que é comum a troca de *i* por *e* e de *u* por *o*:

Abaixamento	
Documentos paranaenses	Documentos portugueses
<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 01, fol. 1r, l. 03 – cerurgiaõ • Doc. 01, fol. 1r, l. 09 – annuaes • Doc. 01, fol. 1r, l. 12 – vezinha • Doc. 01, fol. 1r, l. 13 – quenhentas • Doc. 01, fol. 1r, l. 18 – creando-ce • Doc. 01, fól. 1r, l. 22 experementado • Doc. 05, fól. 1r, l. 03 – participa • Doc. 06, fól. 1r, l.5 – emformação • Doc. 06, fól. 2r, l. 14 – destrito 	<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 02, fól. 1v, l. 4 - Tribunaes • Doc. 02, fól. 2r, l. 08 / Doc. 02, fól. 4r, l. 1 – Officiaes • Doc. 02, fól. 3r, l.22 – creada • Doc. 03, fól. 1v, l. 15 – devidida • Doc. 04, fól. 1r, l. 17 – sobindo • Doc. 04, fól. 1r, l. 24 - subio • Doc. 06, fól. 1r, l. 11- iguaes • Doc. 07, fól. 1r, l. 12 – deminuição

Amaral (1920, p.49) comenta que o caipira ainda conserva, como remanescente do que aprendeu dos portugueses, a esse respeito, o nome próprio *Vergilio*, e *Fermino* que se pronuncia com *e*.

Aférese	
Documentos paranaenses	Documentos portugueses
<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 1, fól.1r,l. 18 – recadação 	<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 2, fól.1v,l. 3 – graciados

O fenômeno da aférese caracteriza-se pela supressão de fonemas iniciais em um vocábulo. Este fato é considerado próprio do dialeto caipira por Amaral (1920, p. 53), conforme os exemplos *parece*, *magina*, *ranca* e *lambique* por *aparece*, *imagina*, *arranca* e *alambique*.

Segundo Nascentes (1953, p. 63), em análise sobre o linguajar Carioca, a aférese de *a* é comum sobretudo em verbos, como em *panhar*, *caba*, *pagá* e *noitecê*, por *apanhar*, *acabar*, *apagar* e *anoitecer*.

Ferreira (1994), em seu estudo sobre a linguagem de Helvécia, uma vila do extremo sul da Bahia, também identificou este fato linguístico: *marrô*, *lejado* por *amarrou* e *aleijado*.

Williams (1973, p. 111) atribui este fenômeno à origem latina. Segundo o autor “a perda da vogal inicial de uma palavra é fenômeno muito comum, mas que ocorreu com nenhuma regularidade.”

Já Naro e Scherre, (2007, p. 122) atribuem a queda de vogais iniciais ao português europeu não padrão, ancorados em exemplos de dados coletados em regiões distintas de Portugal que apresentaram palavras como *marelo*, *bençoado*, *magina*, *poteca* e *sucra*, para *amarelo*, *abençoado*, *imagina*, *hipoteca* e *açúcar*.

Metátese	
Documentos paranaenses	Documentos portugueses
<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 06, fól. 2v, l. 8 – perçizo • Doc. 07, fól. 1r, l. 4 – detreminando-me 	<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 02, fól.1v, l. 9 – interpetração • Doc. 03, fól.1v, l. 8 – porporcionada • Doc. 04, fól. 1v, l. 13 – perçizo

A metátese ocorre quando há transposição de fonemas na mesma sílaba dentro de um vocábulo. Amaral (1920,p. 54) classifica este fenômeno como particular do dialeto caipira e exemplifica com os seguintes itens: *perciso*, *pretende* e *purcisão* por *preciso*, *pretende* e *procissão*.

O *corpus* português desta pesquisa apresenta os vocábulos: *interpetração*, *porporcionada* e *perçizo*, evidenciando que tal fenômeno já ocorria na escrita portuguesa do século XIX, o que contradiz a afirmação de Amaral.

Naro e Scherre (2007) salientam que tal dado ocorre também na fala popular de Portugal: *drumi*, *perciso*, *largato* por dormir, preciso e lagarto, são ocorrências comuns na leitura de trabalhos da dialetologia europeia. Em relação à metátese, os autores ainda afirmam: “a presença de tais fenômenos em Portugal mostra que traços brasileiros alegados crioulos e traços não citados como crioulos têm na verdade uma mesma fonte: a fala popular de Portugal”. (NARO E SCHERRE, 2007, p. 124)

• **Sintaxe**

Ausência de concordância nominal	
Documentos paranaenses	Documentos portugueses
<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 03, fól. 1r, l. 10 <p>“... os refragavel desejo que temos...”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 05, fól. 1v, l. 08 <p>“... no mesmo livros escriptos...”</p>

A ausência de concordância nominal também é fato considerado característico da língua do Brasil. O desaparecimento do s final como sinal de pluralidade é, conforme Amaral (1920, p. 70-71), fator comum no dialeto caipira. Segundo o autor, casos como *os pau*, *os nó*, *os urubu* são fatos recorrentes na fala rural. O autor explica também que o desaparecimento do s pluralizador no dialeto caipira ocorre quando os vocábulos são paroxítonos ou proparoxítonos, por exemplo *os cavalo*, *dois home*, *os arfére*, ou quando o s for precedido de vogal a que se apóia, como por exemplo *as paiz*, *às veiz* ao invés de *as pazes* e *às vezes*. Amaral comenta ainda que, em muitos casos, ocorre a ausência do sinal de plural em muitas palavras devido ao fato de a pluralidade estar indicada pelos determinativos como, por exemplo *os rei*, *duas dama*, *aqueles minino*.

Outros estudos realizados em comunidades de Portugal também demonstram registros de variação na concordância. Naro e Scherre (2007, p. 104) exemplificam tal variação com dados de pesquisadores da área. Um exemplo citado

pelos autores é o estudo de Alves (1993) realizado em Ericeira, uma comunidade de pescadores no sudoeste de Portugal a 42 Km de Lisboa, em que os dados revelam a ausência de concordância: “*Foi há muito ano*” – “*tenho cinquenta é um ano.*”. Outro estudo abordado pelos autores é o de Mira (1954), trabalho este que também evidencia a ausência de concordância: “*só tem as raízes enterrado na carne*”.

Não foram encontrados outros fatos linguísticos relacionados à morfologia nem casos relacionados à sintaxe, fato justificável talvez pelo grau de formalidade da escrita analisada.

6.2 CARACTERÍSTICAS PECULIARES À ESCRITA PARANAENSE DO SÉCULO XIX.

Algumas ocorrências foram encontradas apenas na escrita paranaense:

• Fatos fonéticos com repercussão na escrita

- Monotongação

- Doc. 06, fól. 1v, l. 05 – inbacho
- Doc. 06, fól. 1v, l. 11 – reçam

Segundo Amaral, a redução de *ei* para *e* se dá pelo contato com a consoante seguinte ao ditongo. Conforme aponta o autor, o ditongo *ei* “reduz-se a *e* quando seguido de *r*, *x* ou *j*” (AMARAL, 1920, p. 50). Já em relação ao ditongo *ou*, o autor afirma que, acentuado ou não, contrai-se em *o* no dialeto caipira.

Mesmo não ocorrendo casos de monotongação no *corpus* português analisado, é interessante ressaltar a afirmação de Boléo (1943) de que esse fato linguístico não é próprio do Brasil: “encontra-se em várias regiões de Portugal, e com bastante frequência. Na Beira Baixa, província que conheço melhor, é ele correntíssimo” (BOLÉO, 1943, p. 24).

- Epêntese

- Doc. 06, fól. 1r, l. 20 – ademenistrador

- Síncope

- Doc. 03, fól. 1r, l. 11 – propoç-i-one

Amaral (1920, p. 53) descreve algumas ocorrências de síncope no dialeto caipira: *pês(se)go* por *pêssego*, *mus(i)ga* por *música*, *isp(i)rito* por *espírito*, *Jeró(ni)mo* por *Jerônimo* e *ridíc(ul)o* por *ridículo*.

Embora os fatos fonéticos de epêntese e síncope apareçam apenas na escrita do *corpus* paranaense, Naro e Scherre (2007, p. 122) comentam que tais fenômenos são comuns na linguagem popular europeia, ancorados em dados orais coletados em regiões do norte ao extremo sul de Portugal.

Quanto à epêntese, os autores (2007, p. 122) apresentam o dado: *caracunda* por *corcunda*, em que o acréscimo de fonema no interior da palavra desfaz o encontro de consoantes, assim como no dado paranaense: *adeministrador*. No caso da síncope, os pesquisadores (2007, p. 122) exemplificam com: *fasidade*, *siná*, *mema* e *reposta* por *falsidade*, *sinal*, *mesma* e *resposta*.

Desta forma, verifica-se que tais fenômenos não se restringem ao Português Brasileiro, já que pesquisas anteriores apontam a ocorrência desses dados no Português de Portugal.

6.3 OUTRAS OBSERVAÇÕES

• Sintaxe

Uso do verbo <i>Haver</i> para indicar existência	
Documentos paranaenses	Documentos portugueses
<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 06, fól. 2v, l. 07 <p>“... por não a ver tempo ...”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Doc. 03, fól. 1r, l. 07 <p>“...que havendo antigamente ...”</p>

Atualmente o uso do verbo *ter* em lugar de *haver* é considerado fato comum na língua do Brasil. Já em 1920, Amaral (p. 77) comenta que o verbo *ter* usa-se impessoalmente em vez de *haver* no dialeto caipira brasileiro, quando o complemento não encerra a noção de tempo, como por exemplo: “*Tinha muita gente na igreja*”; “*Tem home que não gosta de caçada*”.

Naro e Scherre (2007, p.79) esclarecem que esse dado é corrente também na linguagem popular portuguesa: “*aqui no nosso sítio tem muntos rapazes*”.

Para Boléo (1943), este fato linguístico explica-se pela simples evolução da língua e esclarece:

O emprego, já generalizado, mesmo na linguagem escrita das pessoas ilustradas, do verbo *ter* com sentido de existir, ex: “*tem muita gente na rua*”, nada tem de estranho. Deu-se com esse verbo uma evolução exactamente idêntica a do verbo *habere*; do sentido de ter, possuir, que ainda mantém nalgumas línguas românicas, chegou-se ao de existir. (BOLÉO, 1943, p. 35)

Contudo, a análise dos dados da escrita parananense e portuguesa do século XIX não apresentam tal fenômeno, ou seja, o uso comum do verbo *ter* por *haver* em território brasileiro pode ter se manifestado posteriormente a este período independentemente de heranças europeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil e Portugal têm em comum a língua portuguesa como idioma oficial, entretanto, é inquestionável que a língua nos dois países apresenta diferenças acentuadas em alguns aspectos. Como a língua do colonizador se expandiu em território brasileiro num contexto multilíngue, ao lado de outras línguas e de outros povos e culturas, existem algumas controvérsias no que diz respeito aos reais fatores que condicionaram tais diferenças. Diante de tal constatação, esta pesquisa procurou discorrer sobre questões que envolvem as possíveis causas desse distanciamento linguístico.

O capítulo 02 mostra a heterogeneidade e a flexibilidade da língua portuguesa frente a diversos fatores que podem gerar variação linguística, como: sexo, grau de escolaridade, região e contexto de comunicação, a fim de estabelecer melhor compreensão sobre as diversificadas formas de uso da língua portuguesa. Nesse capítulo, discorre-se também, sobre a possibilidade de mudança linguística, que acontece no decorrer do tempo modificando a língua lentamente de geração para geração.

Diante das possíveis transformações na língua, discutem-se, ainda, questões sobre a relevância desses fatos para a elevação de um dialeto ou falar ao estatuto de língua, com o intuito de refletir sobre a situação do Português Brasileiro, já que este tem se distanciado de forma significativa do Português de Portugal.

No capítulo 03, expõem-se dados históricos sobre os períodos da ortografia portuguesa e da colonização do Brasil, a fim de mostrar a complexa situação linguística da época, marcada pela busca da padronização da escrita. Com isso, procura-se evidenciar a importância desse fato para a língua do Brasil, já que a expansão do português em terras brasileiras ocorreu durante tal fase de modificações na língua do colonizador. Ainda nesse capítulo, ressaltam-se as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu, quanto a aspectos: fonéticos, sintáticos e morfológicos, com o intuito de ressaltar o distanciamento da língua nos dois países.

No capítulo 04, último dos capítulos teóricos, discutem-se as três hipóteses sobre a mudança linguística no Brasil, hipóteses que procuram explicar as causas que levaram à configuração do português no Brasil. Dentre as hipóteses, selecionou-se a hipótese internalista, que considera as mudanças no português do

Brasil uma acomodação natural da língua como pressuposto base desta pesquisa, ou seja, o Português Brasileiro, considerando aqui a escrita paranaense, conserva formas da língua portuguesa antiga européia.

Partindo-se da hipótese de que o português brasileiro pode ter conservado características do Português de séculos passados, buscou-se, por meio da análise de documentos manuscritos do século XIX e da história da língua, observar as características de escrita presentes nesta época.

Em análise dos desvios da norma na escrita paranaense e portuguesa do século XIX, observaram-se indícios que denunciam uma tendência da influência da língua portuguesa desse período no Português Brasileiro. A presença de fenômenos linguísticos considerados brasileiros na escrita portuguesa do século XIX, assim como na escrita paranaense do mesmo período, apontam para uma relação entre o português brasileiro e o português do século XIX.

Diante dos dados, é possível verificar maior ocorrência de fenômenos relacionados à fonética, com exceção do caso de ausência de concordância nominal que se insere no campo da sintaxe.

Embora os resultados sejam limitados, e se reconheça a necessidade de expansão desta pesquisa, assim como dos *corpora* para investigação, os dados analisados contribuem para o fortalecimento da hipótese internalista da língua, já que traços caracterizados por alguns autores como crioulos são também encontrados na escrita de Portugal, ou seja, podem ser também de origem européia.

Com isso, conclui-se que a língua do Brasil, frente à diversidade étnica, cultural e social da sociedade brasileira recebeu sim, influência de outras línguas, como o vasto vocabulário advindo dos povos indígenas e africanos, além de apresentar marcas de uma língua que não condiz com o padrão da língua, características que podem ter sido inseridas na sociedade brasileira pelo próprio uso português, quando aqui chegaram durante o processo de colonização.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir com estudos relacionados à trajetória da língua portuguesa no Brasil, além de disponibilizar as edições dos manuscritos para futuras investigações linguísticas. Espera-se também, que os dados aqui destacados sejam úteis para melhor compreensão da língua e dos fenômenos que diferem o uso brasileiro do padrão

lusitano, fato fundamental para tecer reflexões relevantes para o ensino da língua materna no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos**. Recife: UFPe/Massangana, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de A., VASCONCELOS, Celciane A. **Scripturae na vila de Pernagoa: documentos setecentistas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.
- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: Anhembi, 1920.
- BENVENISTE, E. Vista d' olhos sobre o desenvolvimento da Linguística. In: **Problemas de lingüística geral**. São Paulo, Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1976. (título original, 1963)
- BOLÉO, Manuel de Paiva. **Brasileirismos: problemas de método**. Coimbra: Coimbra, 1943.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, Roberto G. "A variação linguística". In: SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus; coletânea de textos**. São Paulo: SE/CENP, 1988. v.I, p.29-413.
- CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso. Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro. In: **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 35-46.
- CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. **Gramática Histórica**. 13 ed. São Paulo: Ática, 1981.
- CASTILHO, Ataliba T. de. O Português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo: Ática, 1992. p. 237-269.
- _____. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAVALCANTI, Maria Alba Silva. **Topicalização: um estudo histórico sobre a ordem dos constituintes em cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/PROLING. João Pessoa, 2011.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.

FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA C.; MOTA J.; SILVA M. (Org.). **Diversidade do português do Brasil: estudos de dialetologia rural e outros**. 2 ed. Bahia: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1994. p. 21-41.

HORA, Demerval da, TELLES, Stella. Metátese percentual em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **Para a história do português brasileiro – v. 7: vozes, veredas, voragens**. Londrina: Eduel, 2009, p. 345-368.

HOUAISS, A.(1985) **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade/Unesco. Instituto Sócio Ambiental (Org.) (2000) Povos indígenas no Brasil. 1996/2000. São Paulo: I.S.A.

_____. **Dicionário Eletrônico da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

ILARI, R; BASSO, R. **O Português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

LABOV, William. **The social history of sound change on the island of Martha's Vineyard**. Massachusetts. Master's essay. Columbia University, 1962.

_____. The reflection of social Process in Linguistic Structures. In: FISHMAN, Joshua (Ed.). **Readings in the sociology of language**. The Hague: Mouton, 1968. p. 240-251.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Escrita do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa: fonética ou ortográfica? In: **Filologia e Lingüística Portuguesa**. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1998.p. 159-178.

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. O problema da concordância de número nos inventários produzidos na vila de São Paulo do Campo: século XVI-XVII. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **Para a história do português brasileiro – v. 7: vozes, veredas, voragens**. Londrina: Eduel, 2009, p. 223-264.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NICOLA, José Infante U. **Gramática Contemporânea da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1993.

PAIVA, Dulce de Faria. **História da Língua Portuguesa II**. Século XV e meados do Século XVI. São Paulo: Ática, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA LIMA. **Gramática Normativa da língua portuguesa**. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel M. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: GIL. et al. **Modelos de análise linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-234.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua Portuguesa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SPINA, Segismundo. **História da Língua Portuguesa. III: segunda metade do século XVI e século XVII**. Série Fundamentos. São Paulo: Ática, 1987.

TONIOLO, Ênio José. **Manuscritos da Vila Nova de Castro: um estudo filológico de documentos dos séculos XVIII e XIX**. 2007. 188 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina.

VASCONCELOS, Celciane Alves. **Edição de manuscritos de Paranaguá do século XVIII: um Percurso Filológico**. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina.

VERDELHO, Telmo. Dicionários portugueses, breve história. **Revista de Aveiro/Letras**, Aveiro, 1994.

_____. **As origens da gramaticografia e da lexicografia Latino-Portuguesas**. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.

WILLIAMS, Edwin B. **Do Latim ao Português: fonologia e morfologia históricas da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGUILERA, Vanderci de A. **Para a história do português brasileiro** – v. 2: Vozes, Veredas, Voragens. Londrina: Eduel, 2009.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Como e quando nasceu a língua portuguesa?** São Paulo: Museu da língua portuguesa. Disponível em: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_9.pdf> Acesso em: 19 set. 2012.

CUNHA, Celso. **Língua Portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

DELGADO, Manuel Joaquim. **A linguagem popular do Baixo Alentejo**. [s. l: s. e.], 1951.

FRANÇA, Nicéia Albuquerque. Origens do Português no Brasil: da Criolização ao Português Brasileiro. **Revista de História Regional**, v. 07 n. 01, versão 2002, p. 195-205, UEPG. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/206>>. Acesso em: 20/03/2012.

MATTOS e SILVA, R. V. **Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior**. In: CASTILHO, A. T. de (Org.) (1998), p. 21-52.

MELO, Heliana Ribeiro de. Português padrão, português não-padrão e a hipótese do contato linguístico. In: ALKMIM, Tania Maria (Org.). **Para a história do português brasileiro** – v. 3: novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002.

VEADO, Rosa Maria Assis. **Comportamento linguístico do dialeto rural – MG**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.